

Relatório Anual 2008

Grupo Pão de Açúcar



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2008

> ÍNDICE

Balanços Patrimoniais.....	2
Demonstração do Resultado.....	4
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	5
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	6
Demonstrações do Valor Adicionado.....	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	10
Parecer dos Auditores Independentes.....	82

Balanços Patrimoniais

31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Circulante					
Caixa e Bancos		133.026	271.575	263.910	414.013
Aplicações Financeiras	4	1.120.701	478.957	1.361.702	650.119
Contas a receber	5	858.774	923.165	1.876.928	1.816.362
Estoques	6	1.128.730	1.154.303	1.570.863	1.534.242
Impostos a recuperar	7	292.292	264.725	322.368	379.935
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	46.421	68.303	94.358	88.128
Fundo de investimento em direitos creditórios	8	-	54.621	-	-
Outros Créditos		73.470	101.569	162.347	119.345
Total do ativo circulante		3.653.414	3.317.218	5.652.476	5.002.144
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de investimento em Direitos Creditórios	8	87.380	-	-	-
Contas a receber	5	-	-	374.618	371.221
Impostos a recuperar	7	177.066	134.694	283.861	141.791
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	527.138	577.563	1.035.716	1.047.426
Valores a receber de partes relacionadas	9	522.097	384.838	276.472	258.232
Depósitos para recursos judiciais	16	153.440	133.666	248.420	205.000
Outros Créditos		18.945	16.117	39.355	47.466
Total do realizável a longo prazo		1.486.066	1.246.878	2.258.442	2.071.136
Permanente					
Investimentos	10	1.463.174	1.365.150	113.909	110.987
Imobilizados	11	4.247.947	4.201.847	4.941.434	4.891.137
Intangível	12	305.611	290.560	577.757	674.852
Total do permanente		6.016.732	5.857.557	5.633.100	5.676.976
Total do ativo não circulante		7.502.798	7.104.435	7.891.542	7.748.112
TOTAL DO ATIVO		11.156.212	10.421.653	13.544.018	12.750.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Circulante					
Fornecedores		1.834.286	1.850.512	2.409.501	2.339.262
Empréstimos e financiamentos	13	285.048	156.853	300.580	1.440.570
Debêntures	13	36.861	29.765	36.861	29.765
Salários e encargos sociais		176.717	137.031	224.103	173.053
Impostos e contribuições a recolher	15	87.394	81.884	110.234	102.418
Valores a pagar à partes relacionadas	9	12.279	60.151	12.433	13.106
Dividendos propostos	18	61.851	50.084	67.994	50.084
Financiamento de compra de imóveis		45.747	15.978	45.747	15.978
Aluguéis a pagar		21.902	29.299	42.130	44.159
Outras contas a pagar		129.527	128.765	168.412	162.031
Total do passivo circulante		2.691.612	2.540.322	3.417.995	4.370.426
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	898.702	718.198	2.300.235	970.815
Debêntures	13	777.868	777.024	777.868	777.024
Provisão para passivo a descoberto de controlada	10	8.941	28.623	-	-
Impostos Parcelados	15	192.585	239.896	200.827	250.837
Provisão para contingências	16	1.168.299	1.156.954	1.241.950	1.216.189
Outras contas a pagar		10.489	10.959	93.152	77.612
Total do passivo não circulante		3.056.884	2.931.654	4.614.032	3.292.477
Participação de acionistas não controladores		-	-	104.275	137.676
Patrimônio líquido					
Capital Social	18	4.450.725	4.149.858	4.450.725	4.149.858
Reservas de capital	18	574.622	555.185	574.622	555.185
Reservas de lucros	18	382.369	244.634	382.369	244.634
Total patrimônio líquido		5.407.716	4.949.677	5.407.716	4.949.677
Total passivo e patrimônio líquido		11.156.212	10.421.653	13.544.018	12.750.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Receita operacional bruta		14.436.119	12.787.417	20.856.769	17.642.563
Impostos sobre vendas		(1.989.508)	(2.054.032)	(2.823.659)	(2.739.676)
Receita líquida das vendas		12.446.611	10.733.385	18.033.110	14.902.887
Custo das mercadorias vendidas		(9.094.936)	(7.688.807)	(13.279.497)	(10.724.499)
Lucro bruto		3.351.675	3.044.578	4.753.613	4.178.388
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas		(1.960.760)	(1.900.348)	(2.857.116)	(2.646.845)
Gerais e Administrativas		(437.885)	(376.331)	(574.023)	(539.175)
Depreciação e amortização		(464.039)	(426.022)	(604.743)	(546.648)
Resultado financeiro	19	(210.211)	(152.610)	(316.788)	(201.809)
Resultado da Equivalência Patrimonial	10	76.355	68.755	2.922	(28.923)
Outras despesas e receitas operacionais		(6.064)	(10.451)	(10.914)	(9.084)
Total despesas/receitas operacionais		(3.002.604)	(2.797.007)	(4.360.662)	(3.972.484)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e das participações dos empregados		349.071	247.571	392.951	205.904
Imposto de renda e contribuição social	17	(72.128)	(52.591)	(111.006)	(13.558)
Lucro antes das participações		276.943	194.980	281.945	192.346
Participação minoritárias		-	-	655	6.708
Participação dos empregados nos resultados		(16.516)	(9.325)	(22.173)	(13.399)
Lucro líquido do exercício		260.427	185.655	260.427	185.655
Quantidade de ações no final do exercício		235.249	227.920	235.249	227.920
Lucro líquido do exercício por ação		1,107	0,815	1,107	0,815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Capital			Reservas de Lucro			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Especial de ágio	Opções outorgadas reconhecidas	Legal	Expansão	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dez. 2006		3.954.629	517.331	-	123.073	167.542	79.552	-	4.842.127
Aumento do capital social									
Capitalização de reservas		186.158	-	-	-	(167.542)	(18.616)	-	-
Capital subscrito		9.071	-	-	-	-	-	-	9.071
Destinação de reservas		-	-	-	-	54.842	(54.842)	-	-
Adoção Inicial Lei 11.638/07 e MP 449/08		-	-	12.685	-	-	-	(74.946)	(62.261)
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	25.169	-	-	-	-	25.169
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	185.655	185.655
Reserva legal		-	-	-	10.544	-	-	(10.544)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	(50.084)	(50.084)
Reserva para retenção de lucros		-	-	-	-	-	150.250	(150.250)	-
Saldo em 31 de dez. de 2007		4.149.858	517.331	37.854	133.617	54.842	156.344	(100.169)	4.949.677
Aumento do capital social									
Capitalização de reservas	18	60.936	-	-	-	(54.842)	(6.094)	-	-
Capital subscrito	18	239.931	-	-	-	-	-	-	239.931
Opções outorgadas reconhecidas	18	-	-	19.437	-	-	-	-	19.437
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	-	-	260.427	260.427
Reserva legal	18	-	-	-	13.021	-	-	(13.021)	-
Dividendos propostos	18	-	-	-	-	-	95	(61.851)	(61.756)
Reserva p/ retenção de lucros	18	-	-	-	-	-	85.386	(85.386)	-
Saldo em 31 de dez. de 2008		4.450.725	517.331	57.291	146.638	-	235.731	-	5.407.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	17	260.427	185.655	260.427	185.655
Ajuste para reconciliação do lucro líquido					
Imposto de renda diferido	17	(30.790)	32.857	(33.300)	(36.162)
Resultado de ativos permanentes baixados		6.069	10.116	11.103	10.978
Depreciação/Amortizações		464.039	426.022	604.743	546.648
Juros e variações monetária		265.149	113.019	475.197	421.383
Equivalência patrimonial	10	(76.355)	(68.755)	(2.922)	28.923
Provisão para contingências	16	85.880	50.255	115.996	71.103
Provisão para baixas e perdas do imobilizado		6.187	1.860	6.162	2.205
Provisão para amortização de ágio		103.097	-	107.959	-
Remuneração baseada em ações	18	19.437	25.169	19.437	25.169
Participação minoritária		-	-	(655)	(6.708)
		1.103.140	776.198	1.564.147	1.249.194
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber		64.391	(137.654)	(60.566)	(211.916)
Estoques		25.573	(210.057)	(36.621)	(215.623)
Impostos a recuperar		(65.719)	16.248	(77.741)	(19.291)
Outros ativos		25.702	(41.057)	(34.627)	(29.686)
Partes relacionadas		(183.225)	194.224	(20.849)	(6.456)
Depósitos judiciais		(5.784)	(9.315)	(20.905)	(24.844)
		(139.062)	(187.611)	(251.309)	(507.816)
Aumentos (diminuição) de passivos					
Fornecedores		(16.226)	112.977	70.239	236.904
Salários e encargos sociais		39.686	(10.019)	51.050	(6.910)
Impostos e contribuições sociais a recolher		(55.994)	2.507	(116.656)	5.853
Demais contas a pagar		(143.937)	47.825	(76.517)	(417)
		(176.471)	153.290	(71.884)	235.430
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		787.607	741.877	1.240.954	976.808

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Caixa líquido em incorporação de controladas		-	20	-	20
Recebimento de amortização de cotas do FIDC		-	134.156	-	-
Aquisição de empresas		-	-	-	(224.777)
Adições em investimentos	10	(24.690)	(208.136)	-	(60.553)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	11	(378.775)	(879.841)	(485.418)	(971.645)
Aumento do ativo intangível	12	(2.900)	(500)	(2.900)	(8.266)
Venda de bens do imobilizado		3.062	85	3.592	85
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(403.303)	(954.216)	(484.726)	(1.265.136)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital	18	88.196	9.071	88.196	9.071
Aumento da participação minoritária		-	-	-	12.000
Captações e refinanciamentos		369.742	1.819.558	680.154	2.491.844
Pagamentos		(148.437)	(1.082.675)	(595.013)	(1.923.190)
Juros pagos		(140.526)	(291.425)	(318.001)	(498.464)
Pagamento de dividendos		(50.084)	(20.312)	(50.084)	(20.312)
Caixa líquido recebido nas atividades de financiamentos		118.891	434.217	(194.748)	70.949
Aumento líquido no caixa e equivalentes		503.195	221.878	561.480	(217.379)
Caixa e equivalentes no fim do período		1.253.727	750.532	1.625.612	1.064.132
Caixa e equivalentes no início do período		750.532	528.654	1.064.132	1.281.511
Varição do caixa e equivalentes		503.195	221.878	561.480	(217.379)
Informações suplementares de fluxo de caixa					
Juros pagos de empréstimos e financiamentos		140.526	291.425	318.001	498.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado					
		2008	%	2007	%	2008	%	2007	
Receitas									
Vendas de mercadorias		14.436.119		12.787.417		20.856.769		17.642.563	
Baixa de créditos		(14.491)		5.346		(23.698)		2.138	
Outras operacionais		(6.064)		(10.451)		(10.913)		(9.084)	
		14.415.564		12.782.312		20.822.158		17.635.617	
Insumos adquiridos de terceiros									
Custo das mercadorias vendidas		(10.505.110)		(9.172.616)		(15.163.435)		(12.627.855)	
Materiais, energias, serviços terceiros e outros		(951.881)		(971.556)		(1.356.238)		(1.354.945)	
		(11.456.991)		(10.144.172)		(16.519.673)		(13.982.800)	
Valor adicionado bruto		2.958.573		2.638.140		4.302.485		3.652.817	
Retenções									
Depreciação e amortização		(468.719)		(441.961)		(611.963)		(565.961)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		2.489.854		2.196.179		3.690.522		3.086.856	
Recebido em transferência									
Equivalência patrimonial	10	76.355		68.755		2.922		(28.923)	
Participação minoritária		-		-		655		6.708	
Receitas financeiras	19	244.308		191.164		291.509		299.748	
		320.663		259.919		295.086		277.533	
Valor adicionado total a distribuir		2.810.517	100	2.456.098	100	3.985.608	100	3.364.389	100

	Nota	Controladora				Consolidado			
		2008	%	2007	%	2008	%	2007	
Distribuição do valor adicionado									
Pessoal e encargos		1.115.038	39,7	998.229	40,6	1.505.745	37,8	1.328.426	39,5
Salários		753.152	26,8	708.909	28,9	1.034.244	25,9	948.600	28,2
Participações		35.999	1,3	9.362	0,4	41.656	1,0	13.437	0,4
Benefícios		257.572	9,2	210.075	8,6	338.956	8,5	275.134	8,2
Encargos		68.315	2,4	69.883	2,8	90.889	2,3	91.255	2,7
Impostos, taxas e contribuições		719.621	25,6	684.856	27,9	1.182.819	29,7	967.435	28,8
Federais		354.374	12,6	228.114	9,3	543.677	13,6	312.227	9,3
Estaduais		303.098	10,8	390.499	15,9	536.900	13,5	554.061	16,5
Municipais		62.149	2,2	66.243	2,7	102.242	2,6	101.147	3,0
Remuneração de capitais de terceiros		715.431	25,5	587.358	23,9	1.036.617	26,0	882.873	26,2
Juros		444.840	15,8	317.201	12,9	593.048	14,9	466.821	13,9
Aluguéis		270.591	9,6	270.157	11,0	443.569	11,1	416.052	12,4
Dividendos	18	61.851	2,2	50.084	2,0	61.851	1,6	50.084	1,5
Retenção de lucros		198.576	7,1	135.571	5,5	198.576	5,0	135.571	4,0
Valor adicionado total distribuído		2.810.517		2.456.098		3.985.608		3.364.389	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2008 e 2007

Em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado por outra forma.

1. Contexto Operacional

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “GPA”) tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e outros que completam suas linhas de hipermercados, supermercados e lojas especializadas e de departamentos, representadas basicamente pelas denominações comerciais “Pão de Açúcar”, “CompreBem”, “Extra”, “Extra Eletro”, “Extra Perto”, “Extra Fácil”, “Sendas” e “Assai”.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia dispunha de 597 lojas em funcionamento, conforme quadro a seguir:

Empresa	Quantidade de lojas	
	2008	2007
Companhia Brasileira de Distribuição	415	400
Novasoc Comercial Ltda. (“Novasoc”)	6	6
Sé Supermercados Ltda. (“Sé”)	50	52
Sendas Distribuidora S.A. (“Sendas Distribuidora”)	98	102
Barcelona Com. Variação e Atacadista S.A. (“Barcelona”)	25	15
Xantocarpa Participações Ltda. (“Xantocarpa”)	3	-
	597	575

a) Sendas Distribuidora

As operações da Sendas Distribuidora tiveram início em 1º de fevereiro de 2004 mediante a assinatura, em dezembro de 2003, do Acordo de Investimento e de Associação com a Sendas S.A. (“Sendas”). Essa controlada concentra a atividade de varejo da Companhia e da Sendas em todo o Estado do Rio de Janeiro.

b) Associação com Itaú

Em 27 de julho de 2004, foi celebrado um Memorando de Entendimentos entre o Banco Itaú Holding Financeira S.A. (“Itaú”) e a Companhia com o objetivo de constituir a Financeira Itaú CBD S.A. (“FIC”). A FIC atua na estruturação e na comercialização de produtos e serviços financeiros e correlatos para os clientes do GPA com exclusividade (Nota 10 (d)). A Companhia participa em 50% do capital da FIC por meio de sua subsidiária Miravalles Empreendimentos e Participações S.A. (“Miravalles”).

c) Aquisição da Barcelona - (“Assai”)

Em 1º de novembro de 2007, o GPA, através de uma sociedade controlada pela Sé (Sevilha Empreendimentos e Participações Ltda. – “Sevilha”), adquiriu ações representativas de 60% do capital total e votante da Barcelona, sociedade receptora do acervo cindido do Assai Comercial e Importadora Ltda. relativo às atividades anteriormente desenvolvidas pelo Assai no mercado de atacado. Com esta associação, o GPA, passa a atuar no segmento “cash & carry” (“atacarejo”) e reforça assim o seu posicionamento de multiformato.

Em 31 de março houve a incorporação reversa da Sevilha, com data base em 28 de fevereiro de 2008. Com a incorporação da Sevilha pela Barcelona, a Sé Supermercados passou a ter participação direta de 60% no capital total e votante da Barcelona.

d) Constituição da Xantocarpa

Em 16 de outubro de 2008, o GPA iniciou a operação de atacarejo no Estado do Rio de Janeiro através da Xantocarpa, empresa constituída com essa finalidade, que assumiu a operação de 3 lojas da Sendas Distribuidora convertidas para a bandeira Assai. Esta sociedade tem por objeto social o comércio varejista e atacadista de produtos manufaturados, semi manufaturados ou “in natura”, nacionais ou estrangeiros, de todo e qualquer gênero e espécie, natureza ou qualidade, desde que não vedada por lei.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras e Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08

a) Demonstrações Financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria em 26 de fevereiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Alteração da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e MP 449/08

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, e com vista aos requerimentos estabelecidos pela Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 1º de janeiro de 2007. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado para atender esses novos dispositivos contábeis.

A Companhia utilizando a opção da Deliberação CVM nº. 565/08 apresenta em suas Demonstrações Financeiras Comparativas os valores dos períodos mais antigos como se a nova prática contábil sempre estivesse em uso.

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade:

- ▶ Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- ▶ CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007;
- ▶ CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;
- ▶ CPC 04 Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;
- ▶ CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- ▶ CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008;
- ▶ CPC 08 Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 11 de novembro de 2008;
- ▶ CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;
- ▶ CPC 10 Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008;
- ▶ CPC 12 Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;
- ▶ CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e
- ▶ CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

O balanço patrimonial inicial de 1º de janeiro de 2007 (data de transição) foi preparado considerando as exceções requeridas e algumas das isenções opcionais permitidas pelo pronunciamento técnico CPC 13, sendo elas:

(i) Isenção sobre a classificação de instrumentos financeiros na data original de seu registro

Apesar de o CPC 14 determinar que a classificação dos instrumentos financeiros deva ser feita no momento original de seu registro, para fins de primeira adoção, o CPC 13 permite que sejam classificados

na data de transição, sendo essa a opção efetuada pela Companhia.

(ii) Isenção sobre a manutenção de saldos no ativo diferido até sua realização

A Companhia optou por baixar os saldos reconhecidos no grupo do ativo diferido na data de transição contra a conta de lucros acumulados.

(iii) Isenção sobre as considerações de cálculo do ajuste a valor presente

A Companhia calculou o ajuste a valor presente com base nos dados contratuais de cada transação que geraram ativos ou passivos monetários, assim como, utilizou as taxas de desconto com base nas premissas de mercado existentes na data de transição.

(iv) Isenção sobre o reconhecimento de pagamento baseado em ações

A Companhia mensurou e reconheceu os pagamentos baseados em ações, em aberto na data de transição e outorgados após a data de transição, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 10.

(v) Isenção para apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado sem indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Com o objetivo de permitir a comparabilidade, a Companhia optou por preparar e apresentar as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, de acordo com as disposições contidas no CPC 03 e CPC 09, respectivamente. A Companhia também optou por não mais apresentar as demonstrações das origens e aplicações de recursos para os exercícios encerrados a partir de 01 de janeiro de 2008.

(vi) Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08. A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual, as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007.

Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei 11.638/07 e MP 449/08 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia irá consignar referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

(vii) Exceção sobre o reconhecimento de arrendamentos mercantis financeiros vigentes antes da data de transição e sobre a capitalização de custos iniciais de contratação diretamente associados a esses arrendamentos.

Para os contratos vigentes na data de transição e que apresentaram as características de arrendamento mercantil financeiro, a Companhia registrou no ativo imobilizado, em conta específica, o bem arrendado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada e pelos pagamentos calculados desde a data do contrato até a data de transição. A diferença apurada foi registrada contra lucros acumulados na data de transição.

(viii) Exceção sobre amortização de ágios fundamentados por rentabilidade futura (Ágio).

Os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia, foram amortizados até 31 de dezembro de 2008.

(ix) Exceção para aplicação da primeira avaliação periódica da vida útil-econômica dos bens do imobilizado

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia irá reavaliar as estimativas de vida-útil econômica de seus ativos imobilizados, utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e amortização. Eventuais mudanças na estimativa da vida-útil econômica dos ativos, decorrentes dessa reavaliação, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva.

c) Efeitos dos ajustes da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08

Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis a Companhia está apresentando, no quadro abaixo, para esse exercício e o exercício anterior para fins de comparação, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos no patrimônio líquido e no resultado, da controladora e consolidado, referentes às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08.

Controladora

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	2007	2008	2007	2008
	Lucro Líquido e Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08	281.360	210.878	5.471.530
Arrendamento Mercantil Financeiro (ii)	(3.110)	(3.269)	(5.415)	(2.305)
Instrumentos Financeiros e Derivativos (iii)	(6.599)	(176)	(5.843)	756
Pagamentos baseados em ações (i)	(19.437)	(25.169)	-	-
AVP de ativos e passivos monetários qualificáveis (iv)	(3.539)	(846)	(7.699)	(4.160)
Baixa de ativos diferidos não reclassificáveis (v)	14.709	(1.022)	(62.376)	(77.085)
Efeitos decorrentes de Equivalência Patrimonial	(2.592)	3.931	(2.812)	(220)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(365)	1.328	20.331	20.699
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação da Lei 11.638/07 e MP 449/08	(20.933)	(25.223)	(63.814)	(62.315)
Lucro Líquido e Patrimônio líquido ajustado com a Lei 11.638/07 e MP 449/08	260.427	185.655	5.407.716	4.949.677

Consolidado

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	2007	2008	2007	2008
	Lucro Líquido e Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08	281.360	210.878	5.471.530
Arrendamento Mercantil Financeiro (ii)	1.798	(2.944)	(1.488)	(3.286)
Instrumentos Financeiros / Derivativos (iii)	(12.796)	10.164	(10.255)	2.541
Pagamentos baseados em ações (i)	(19.437)	(25.169)	-	-
AVP de ativos e passivos monetários qualificáveis (iv)	(5.378)	(1.396)	(10.799)	(5.421)
Baixa de ativos diferidos não reclassificáveis (v)	12.412	(896)	(64.765)	(77.177)
Participação acionistas minoritários Lei 11.638/07985	985	(2.828)	1.127	142
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.483	(2.154)	22.366	20.886
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação da Lei 11.638/07 e MP 449/08	(20.933)	(25.223)	(63.814)	(62.315)
Lucro Líquido e Patrimônio líquido ajustado com a Lei 11.638/07 e MP 449/08	260.427	185.655	5.407.716	4.949.677

- (i) O Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam refletidos no resultado e no balanço patrimonial da entidade, incluindo despesas associadas com transações nas quais opções de ações são outorgadas a empregados. Conforme mencionado na Nota 18 (g), a Companhia possui Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aos administradores e principais executivos.
- (ii) O Pronunciamento Técnico CPC 06 – Arrendamento Mercantil determina que as operações onde haja transferência de riscos e benefícios para arrendatário possam ser classificadas como ativo imobilizado e financiamentos, refletindo a essência de uma compra financiada. Os efeitos da mudança de critério estão detalhados nas Notas 11 e 21.
- (iii) O Pronunciamento Técnico CPC 14 – Instrumentos Financeiros determina que instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registrados: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, dos dois o menor. Os instrumentos da Companhia são considerados como: (i) hedge de valor justo destinado a compensar riscos da exposição à variação no valor justo do item objeto de hedge e (ii) instrumento financeiro derivativo mensurado a valor justo (Nota 13 e 14).
- (iv) O Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente define que os ativos e passivos não circulantes devem ser ajustados pelo seu valor presente e os ativos e passivos circulantes quando relevantes. A Companhia adotou como premissa, o ajuste a valor presente de seus ativos e passivos conforme determinado pela norma, utilizando a taxa do custo médio ponderado do capital (Weighted Average Cost of Capital – “WACC”) e prazo de pagamento ou recebimento.
- (v) Conforme previsto na MP 449/08, foi extinto o grupo de ativo diferido. A Administração da Companhia optou por efetuar a baixa do diferido na data de transição e passou a registrar os gastos incorridos nos exercícios de 2007 e 2008 diretamente como despesa no resultado do exercício.

Por conta da eliminação promovida pela MP 449/08 da linha de resultado não operacional, a Companhia reclassificou na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 os montantes de R\$ (6.064) e R\$ (10.451) na controladora e R\$ (10.914) e R\$ (9.084) no consolidado, respectivamente para a linha de outras receitas (despesas) operacionais, representados basicamente pelo resultado na baixa do ativo imobilizado.

Conforme determinado pelo CPC 08, a Companhia reclassificou para a conta de empréstimos os custos de transação e prêmios na emissão de títulos, anteriormente registrados como despesas antecipadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, nos montantes de R\$ 6.875 e R\$ 4.424 na controladora e R\$ 8.381 e R\$ 5.096 no consolidado, respectivamente.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas estimativas contábeis para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de remunerações baseadas em ações e de instrumentos financeiros; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas no mínimo trimestralmente.

As principais práticas contábeis e os critérios de consolidação adotados pela Companhia estão descritos a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os fretes sobre as vendas são incluídos no custo do produto vendido. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

i) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

ii) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

- ▶ **Investimentos mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- ▶ **Empréstimos (concedidos) e recebíveis:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, ganhos ou perdas não realizados em operações com derivativos e contas a receber de clientes.

(ii) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- **Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:** passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos, empréstimos e financiamentos e debêntures.

- **Valor de mercado:** o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento dos balanços, ou com base em técnicas de valorização definidas pela Companhia e consistentes com as práticas usuais de mercado. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

- **Operações de hedge:** os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos, transações altamente prováveis ou investimentos líquidos em operações no exterior, e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%); (ii) possuir identificação documental da operação, do risco objeto de hedge, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e (iii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de hedge de acordo com sua natureza:

► **hedge de valor justo:** devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de hedge. Os itens objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços, conforme política da Companhia e com insignificante mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas no equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por contraparte está apresentada na Nota 4.

e) Contas a receber

Os contas a receber está apresentado a valores estimados de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas futuras com contas incobráveis.

A formação da provisão tem como principal base a média histórica de perdas, além de contas a receber específicos considerados incobráveis. As vendas financiadas da Companhia são efetuadas com a intermediação da FIC, não permanecendo no GPA os recebíveis de financiamento (Nota 10(d)).

A Companhia realiza operações de securitização do contas a receber em uma sociedade de propósito específico, sobre a qual possui controle compartilhado, o Pão de Açúcar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“PAFIDC”) (Nota 5(b) e Nota 8).

f) Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor de mercado, dos dois o menor. O custo dos estoques adquiridos diretamente pelas lojas é demonstrado ao preço da última aquisição, que se aproxima do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (“PEPS”). O custo dos estoques adquiridos diretamente pelos centros de distribuição é demonstrado ao custo médio, incluindo os custos de armazenagem e manuseio.

Os estoques também são apresentados pelo valor líquido de provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente revisadas e avaliadas quanto à sua suficiência.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido constituída provisão para passivo a descoberto, quando aplicável. Outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição.

h) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11, para o caso de benfeitorias em imóveis de terceiros, dos dois, o de menor duração.

A Companhia define procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo CPC 01.

Os juros e encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros direta ou indiretamente atribuíveis ao processo de aquisição, construção e expansão operacional, de acordo com a Deliberação CVM nº 193, estão sendo capitalizados durante o processo de construção ou reforma das lojas da Companhia e de suas controladas. A alocação dos juros e encargos financeiros ao resultado é feita em consonância com os prazos de depreciação dos correspondentes ativos.

Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil das instalações e dos equipamentos são agregados ao valor do ativo imobilizado.

i) Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os bens capitalizados são depreciados pela sua vida útil no caso de intenção expressa de aquisição do bem no final do contrato, ou, pelo menor entre o prazo do contrato e a vida útil do bem nos casos em que a intenção não é expressa. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

j) Intangível

Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 não serão mais amortizados devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste para análise dessa perda. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual para análise dessa perda.

k) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

l) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), Imposto sobre Serviços (“ISS”), Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) às alíquotas vigentes em cada região e são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”) que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais para o IRPJ e 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos foram registrados na rubrica de IRPJ e CSLL diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado anualmente pelo Conselho de Administração. A Companhia não tem subvenções ou assistências governamentais.

n) Pagamento baseado em ações

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações com liquidação em ações. Os custos dessas transações são inicialmente reconhecidos no resultado durante o período em que os serviços foram recebidos em contrapartida a uma reserva de capital, e mensurados pelo seu valor justo, no momento em que os programas de remuneração são concedidos.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p) Provisão para contingências

De acordo com a Deliberação CVM nº 489/05, a Companhia adotou os conceitos estabelecidos na NPC nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Ativas na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. Os saldos das provisões são apresentados líquidos dos respectivos depósitos judiciais, quando aplicável (Nota 16).

A provisão para contingências é constituída com amparo em pareceres de assessores jurídicos em montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com

a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

r) Lucro por ação

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido / quantidade de ações em circulação”. De acordo com a Lei das Sociedade por Ações, os lucros podem ser: distribuídos, utilizados para aumento de capital ou composição da reserva de lucros para expansão, com base no orçamento de capital.

s) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação societária brasileira, e Instrução CVM nº 247, abrangendo as informações anuais da Companhia, e as de suas controladas Novasoc, Sé, Sendas Distribuidora, PAFIDC, PA Publicidade Ltda. (“PA Publicidade”), Barcelona, CBD Panamá Trading Corp. (“CBD Panamá”), CBD Holland B.V. (“CBD Holland”) e Xantocarpa. As sociedades controladas, direta ou indiretamente, incluídas na consolidação e o percentual de participação da controladora, compreendem:

Participação em Investidas - %

Em 31 de dezembro de 2008

Investidoras	Novasoc	Sé	"Sendas Distribuidora"	PAFIDC	"PA Publicidade"	Barcelona	"CBD Holland"	"CBD Panamá"	Xantocarpa
Direta									
CBD	10,00	93,10	14,86	8,50	99,99	-	100,00	-	-
Indireta									
Novasoc	-	6,90	-	0,66	-	-	-	-	-
Sé	-	-	42,57	0,33	-	60,00	-	-	-
Holland	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-
Sendas	-	-	-	-	-	-	-	-	99,99

Participação em Investidas - %

Em 31 de dezembro de 2007

Investidoras	Novasoc	Sé	"Sendas Distribuidora"	PAFIDC	"PA Publicidade"	Barcelona	"CBD Holland"	"CBD Panamá"	Xantocarpa
Direta									
CBD	10,00	93,05	-	6,17	99,99	-	100,00	-	-
Indireta									
Novasoc	-	6,95	-	0,49	-	-	-	-	-
Sé	-	-	42,57	0,24	-	60,00	-	-	99,99
Holland	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-

Apesar da participação da Companhia na Novasoc representar 10% das quotas, a Novasoc está incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a Companhia tem controle efetivo de 99,98% do seu capital garantido por acordo de acionistas que não possuem direito a veto ou outros direitos de participação ou proteção. De acordo com o contrato social da Novasoc, a apropriação do lucro líquido não precisa ser proporcional à participação em quotas na empresa.

A controlada Sendas Distribuidora foi consolidada integralmente, considerando o acordo de acionistas que determina a gestão operacional e administrativa por parte da Companhia.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os investimentos proporcionais à participação da investidora no resultado da investida, os saldos ativos e passivos decorrentes, receitas, despesas e os lucros não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas foram eliminados.

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408 de 18 de agosto de 2004, a Companhia, a partir do primeiro trimestre de 2005, passou a consolidar as demonstrações financeiras do PAFIDC por entender que este é uma entidade de propósito específico, constituído com o objetivo exclusivo de efetuar a securitização dos recebíveis da Companhia e suas controladas, sendo a maioria dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade do fundo vinculados às quotas subordinadas, mantidas pela Companhia.

Em virtude de a predominância das decisões na gestão operacional da FIC ser de responsabilidade do Itaú, a CVM, por meio do ofício CVM/SNC/006/09 autorizou a inclusão da FIC na consolidação das demonstrações financeiras do Itaú. Sendo assim, a Companhia avaliou seu investimento na Miravalles pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da Miravalles nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram auditadas por outros auditores independentes.

Conforme autorização concedida pela CVM por meio do ofício CVM/SNC/013/08, foram excluídas na consolidação das demonstrações financeiras da Companhia, as seguintes empresas controladas: Bellamar Empreendimentos e Participações Ltda., Vancouver Empreendimentos e Participações Ltda., Bruxelas Empreendimentos e Participações S/A., Dallas Empreendimentos e Participações S/A., cujos capitais sociais são de R\$ 10 cada em 31 de dezembro de 2008. A Companhia optou pela exclusão, pois essas empresas encontram-se inativas nesta data.

4. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2008 e em 31 de dezembro de 2007, são remuneradas substancialmente pela variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), classificadas conforme descrito na Nota 3 (d), exceto pelo Fundo em Direitos Creditórios, cuja classificação é de investimento mantido até o vencimento.

	Controladora			Consolidado		
	CDI	2008	2007	CDI	2008	2007
Circulante						
Aplicações Financeiras						
ABN AMRO	104,1%	164.191	38.521	104,0%	188.077	38.522
Bradesco	103,6%	265.777	12.107	103,5%	287.324	39.547
Banco do Brasil	101,6%	539.635	-	103,9%	548.917	-
Itaú	102,8%	73.743	-	104,5%	205.483	193.549
Unibanco	102,8%	61.204	226.006	102,9%	68.796	95.193
Outross	102,3%	16.151	202.323	102,3%	63.105	283.308
		1.120.701	478.957		1.361.702	650.119
Fundo de Direitos Creditórios (Nota 8)		-	54.621		-	-
Total circulante		1.120.701	533.578		1.361.702	650.119
Não circulante						
Fundo de Direitos Creditórios (Nota 8)		87.380	-		-	-
Total não circulante		87.380	-		-	-
Total		1.208.081	533.578		1.361.702	650.119

* Taxa média

5. Contas a Receber

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Proveniente de vendas com:				
Administradoras de cartões de crédito	307.873	271.123	416.443	409.731
Tickets de vendas e outros	79.155	72.939	108.300	88.107
Vendas a crédito - cheques pré-datados	13.605	30.523	22.266	45.450
Contas a receber de controladas	158.658	149.295	-	-
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(5.157)	(4.999)	(10.520)	(6.421)
Proveniente de acordos comerciais	304.640	404.284	356.962	453.889
	858.774	923.165	893.451	990.756
Contas a receber - PAFIDC	-	-	983.477	825.606
	-	-	983.477	825.606
	858.774	923.165	1.876.928	1.816.362
Contas a receber - Paes Mendonça	-	-	374.618	371.221
	-	-	374.618	371.221

As vendas com cartão de crédito são recebíveis à vista junto às administradoras, com exceção para eletro-eletrônicos, cujo prazo pode chegar a 12 meses. As vendas a crédito, feitas com cheques pré-datados, sofrem juros de até 6,50% ao mês (idem em 31 de dezembro de 2007) para liquidação em até 60 dias.

O saldo de contas a receber de controladas refere-se à venda de mercadorias, efetuadas pela Companhia, a preço de custo, para abastecimento de suas lojas.

b) Contas a receber – PAFIDC

A Companhia realiza operações de securitização de seus direitos creditórios representados por vendas a crédito com tickets e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com o PAFIDC. O volume de operações foi de R\$ 8.057.146 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 7.381.416 em 2007), no qual foi retida a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos na securitização desses títulos foram de R\$ 135.111 em 2008 (R\$ 125.487 em 2007), conforme Nota 19, reconhecidos como despesas financeiras no resultado dos exercícios de 2008 e 2007, respectivamente. A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a análise de crédito e assistência pelo departamento de cobrança ao administrador do fundo.

Os saldos em aberto desses recebíveis em 31 de dezembro de 2008 e 2007 eram de R\$ 983.477 e R\$ 825.606, respectivamente, líquidos de provisão.

c) Contas a receber – Paes Mendonça

O saldo de contas a receber do Paes Mendonça é composto de créditos decorrentes do pagamento de obrigações assumidas pelas controladas Novasoc e Sendas. Conforme disposições contratuais, os créditos são atualizados monetariamente e garantidos por fundos de comércio de algumas lojas já operadas atualmente pela Companhia, Novasoc e Sendas. O vencimento das contas a receber está relacionado com os contratos de arrendamento (Nota 10 (b) (i)).

d) Contas a receber de acordos comerciais

O saldo a receber de acordos comerciais é proveniente de transações correntes entre a Companhia e seus fornecedores, tendo como principal referência o volume de compras.

e) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando a média de perdas efetivas em períodos anteriores, complementada pela análise da Administração sobre as prováveis perdas com os créditos em aberto:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Provenientes de vendas com:				
Vendas a crédito com cheques pré-datados	(362)	(946)	(504)	(1.390)
Vendas a pessoa jurídica	(1.084)	(3.804)	(1.409)	(4.715)
Outros contas a receber	(3.711)	(249)	(8.607)	(316)
	<u>(5.157)</u>	<u>(4.999)</u>	<u>(10.520)</u>	<u>(6.421)</u>

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Nas lojas	745.557	685.905	1.133.953	995.332
Nas centrais de distribuição	383.173	468.398	436.910	538.910
	<u>1.128.730</u>	<u>1.154.303</u>	<u>1.570.863</u>	<u>1.534.242</u>

7. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar referem-se a créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”), PIS, COFINS e ICMS a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Impostos sobre vendas	186.003	198.361	197.515	299.399
Imposto de renda e outros	106.491	66.409	125.055	80.581
Ajuste a valor presente	(202)	(45)	(202)	(45)
	292.292	264.725	322.368	379.935
Não circulante				
Impostos sobre vendas	110.043	57.051	214.388	61.589
ICMS e outros	67.692	78.011	70.142	80.570
Ajuste a valor presente	(669)	(368)	(669)	(368)
	177.066	134.694	283.861	141.791
Total dos impostos a recuperar	469.358	399.419	606.229	521.726

8. Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – PAFIDC

O PAFIDC é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído de acordo com as Instruções nº 356 e nº 393 da CVM, com a finalidade de adquirir as contas a receber da Companhia e de suas controladas resultantes da venda de produtos e serviços a seus clientes, exceto recebíveis de crediário e cheques pré-datados.

Os quotistas seniores e o GPA assinaram carta proposta em 22 de fevereiro de 2008 que prorrogou o vencimento do PAFIDC de 26 de maio de 2008 para 16 de maio de 2010.

A estrutura de capital do fundo em 31 de dezembro de 2008 é composta por 10.256 quotas seniores, possuídas por terceiros no montante de R\$ 930.849, as quais representam 90,51% do patrimônio do fundo (93,1% em 2007) e 2.864 quotas subordinadas, possuídas pela Companhia e empresas controladas, no montante de R\$ 97.604, as quais representam 9,49% do patrimônio do fundo (6,9% em 2007).

Os ativos líquidos do PAFIDC estão resumidos a seguir:

	2008	2007
Ativo		
Disponível	6.455	64.466
Contas a receber	983.477	825.606
Outros valores	40.845	-
Total do Ativo	1.030.777	890.072
Passivo		
Contas a receber	2.324	5.258
Patrimônio líquido	1.028.453	884.814
Total do Passivo	1.030.777	890.072

As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia, e estão registradas no ativo não circulante, como participação no fundo de securitização, cujo saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 87.380 (R\$ 54.621 em 2007). A participação retida em quotas subordinadas representa a exposição máxima à perda das transações de securitização.

A remuneração das quotas seniores está resumida a seguir:

Quotistas	Quantidade	2008		2007	
		Taxa CDI	Saldo a resgatar	Taxa CDI	Saldo a resgatar
Senior A	5.826	105%	629.307	105%	556.776
Senior B	4.300	105%	150.847	101%	133.682
Senior C	130	105%	150.695	100% + 0.5% a.a.	133.344
			930.849		823.802

As quotas subordinadas têm uma série única, e são nominativas e intransferíveis. A Companhia resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou no encerramento do fundo. Após a remuneração das quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do ativo líquido do fundo, depois de realizada a absorção de quaisquer perdas na transferência de recebíveis e perdas atribuídas ao fundo. O seu resgate está sujeito aos riscos de crédito, pré-pagamento e taxa de juros na transferência dos ativos financeiros.

Os detentores das quotas seniores não têm direito aos outros ativos da Companhia em caso de inadimplência dos créditos transferidos. Conforme definido pelo contrato de cessão de recebíveis entre a Companhia e o PAFIDC, a transferência dos direitos creditórios é irrevogável, não retroativa e a transferência é definitiva.

9. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas apresentadas a seguir decorrem de operações em que a Companhia e suas controladas mantêm entre si ou com outras empresas ligadas e foram realizadas a preços, prazos e condições normais de mercado, acordadas entre as partes.

a) Vendas e Compras de Mercadorias

Saldos e transações provenientes de venda e compra de mercadorias para abastecimento das lojas, pelos centros de distribuição, efetuadas a preço de custo.

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Cientes:				
Novasoc Comercial	34.866	29.686	-	-
Sé Supermercados	78.505	70.867	-	-
Sendas Distribuidora	45.287	48.742	-	-
	158.658	149.295	-	-
Fornecedores:				
Novasoc Comercial	426	572	-	-
Sé Supermercados	1.474	1.645	-	-
Sendas Distribuidora	3.283	1.984	-	-
Barcelona	12	-	-	-
Grupo Assai	-	-	8.787	1.311
	5.195	4.201	8.787	1.311
Vendas:				
Novasoc Comercial	237.792	200.829	-	-
Sé Supermercados	655.284	504.711	-	-
Sendas Distribuidora	230.212	236.500	-	-
Versalhes	-	1.207	-	-
	1.123.288	943.247	-	-
Compras:				
Novasoc Comercial	5.484	5.172	-	-
Sé Supermercados	14.598	14.210	-	-
Sendas Distribuidora	19.286	16.609	-	-
Versalhes	-	134.817	-	-
Barcelona	1.827	-	-	-
Grupo Assai	-	-	200.132	20.767
	41.195	170.808	200.132	20.767

b) Outras Operações

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Ativo				
Novasoc Comercial	2.041	19.206	-	-
Sé Supermercados	179.254	313.197	-	-
Casino	4.922	4.171	4.922	4.171
FIC	16.253	14.376	18.400	16.072
Pão de Açúcar Ind. e Comércio	1.171	1.171	1.171	1.171
Sendas S/A	17.824	17.825	217.824	217.824
Sendas Distribuidora	272.694	-	-	-
Xantocarpa	1.051	-	-	-
Barcelona	2.959	-	-	-
Outros	23.928	14.892	34.155	18.994
	<u>522.097</u>	<u>384.838</u>	<u>276.472</u>	<u>258.232</u>
Passivo				
Sendas Distribuidora	-	46.448	-	-
Casino	448	-	448	-
Fundo Península	10.324	12.522	10.640	12.891
Grupo Assai	-	215	1.345	215
Outros	1.507	966	-	-
	<u>12.279</u>	<u>60.151</u>	<u>12.433</u>	<u>13.106</u>
Resultado				
(i) Novasoc Comercial	7.063	7.220	-	-
(i) Sé Supermercados	14.110	16.064	-	-
(i) Sendas Distribuidora	49.970	96.669	-	-
Casino	(5.512)	(6.255)	(5.512)	(6.255)
Fundo Península	(119.368)	(113.664)	(123.578)	(117.072)
Grupo Diniz	(11.785)	(11.649)	(12.730)	(12.549)
Sendas S/A	-	-	(31.703)	(33.244)
Grupo Assai	-	(426)	(3.563)	(426)
Galeazzi e Associados	(792)	-	(11.978)	-
Outros	(15.177)	(6.461)	(15.177)	(6.461)
	<u>(81.491)</u>	<u>(18.502)</u>	<u>(204.241)</u>	<u>(176.007)</u>

i) Valores provenientes do rateio de custos corporativos referentes aos serviços prestados às empresas controladas e coligadas, repassados pelo valor de custo efetivamente incorrido e de oito imóveis arrendados para a Sendas Distribuidora.

- > **Casino:** Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica (denominado Technical Assistance Agreement), firmado entre a Companhia e o Casino em 21 de julho de 2005. O contrato, no valor anual de US\$ 2.727 milhões, prevê transferência de “knowledge” na área administrativa e financeira e tem prazo de vigência de 7 anos, sendo renovado automaticamente por prazo indeterminado. Esse contrato foi ratificado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de agosto de 2005.

- > **Fundo Península:** Arrendamento de 58 imóveis à Companhia, 1 imóvel à Novasoc, 1 imóvel à Sé e 1 imóvel à Barcelona.

- > **Família Diniz:** Arrendamento de 15 imóveis para a Companhia e 2 imóveis para a Sendas Distribuidora.

- > **Sendas S.A.:** Arrendamento de 57 imóveis para a Sendas Distribuidora.

- > **Grupo Assai:** Compreende as operações de compras com as empresas: Vitalac Ind. de Laticínios Ltda, Laticínios Vale do Pardo Ltda, Dica Deodapolis Ind. e Com. Alimentícios Ltda, Laticínios Corumbiara Ltda, Vencedor Ind. e Com. de Produtos Lácteos Ltda, Centro de Distribuição Hortmix Comércio Imp. Exp. Ltda, Laticínios Flor de Rondônia Ltda, e arrendamento de 5 imóveis de propriedade dos sócios do Assai para a Barcelona.

- > **Galeazzi e Associados:** Prestação de serviços de assessoria na gestão das operações no Rio de Janeiro (Sendas Distribuidora).

- > **Outros:** Despesas pagas pela Companhia às suas empresas controladas e outras coligadas.

Outras partes relacionadas não descritas nesta nota não apresentaram saldos ou transações nos exercícios. As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração (Diretores estatutários e Conselho de Administração), que foram registradas no resultado da controlada e do consolidado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram, como segue:

	2008	2007
Valores registrados em resultado	R\$27.529	R\$22.539

Destes totais, cabe observar que a parcela correspondente a 14,9% do valor relativo a 2008 e a parcela equivalente a 54,0% do valor de 2007 referem-se ao plano de opção de ações.

10. Investimentos

a) Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

Exercício findo em 31.12.2008

	Ações/ quotas possuídas	Participação no capital social - %	Capital social	P.L. (passivo a descoberto)	Lucro líquido/ prejuízo do exercício
Novasoc	1.000	10,00	10	(8.941)	19.688
Sé	1.444.656.368	100,00	1.444.656	1.540.800	65.642
Sendas Distribuidora	607.083.796	57,43	835.677	(22.060)	(25.629)
Miravalles	127.519	50,00	221.363	227.191	5.828
Pa Publicidade	99.999	99,99	100	1.670	514
Barcelona	9.006.000	60,00	15.010	127.211	25.865
CBD Panamá	1.500	100,00	3	263	27
CBD Holland B.V.	180	100,00	-	217	-
Xantocarpa	799	99,99	1	(974)	(975)

Exercício findo em 12.31.2007

	Ações/ quotas possuídas	Participação no capital social - %	Capital social	P.L. (passivo a descoberto)	Lucro líquido/ prejuízo do exercício
Novasoc	1.000	10,00	10	(28.623)	14.684
Sé	1.433.671.368	100,00	1.433.653	1.464.250	51.980
Sendas Distribuidora	449.999.994	42,57	835.677	4.410	(19.193)
Miravalles	127.519	50,00	279.179	221.363	(57.818)
Pa Publicidade	99.999	99,99	100	1.156	723
Sevilha	227.009.990	99,99	226.992	228.250	1.257
Barcelona	9.006.000	60,00	15.020	37.778	3.717
CBD Panamá	1.500	100,00	-	173	173
CBD Holland B.V.	180	100,00	-	217	-

b) Movimentação de investimentos

	Controladora					Total	Consolidado
	Novasoc	Sé	P.A.				
			Publicidade	Laurenção	Outros		
Saldos em 31 de Dez. de 2006	-	1.114.336	433	1.496	605	1.116.870	79.557
Adições	-	199.982	-	-	8.154	208.136	73.910
Baixas	-	-	-	-	(99)	(99)	(99)
Incorporação	-	-	-	(1.308)	(866)	(2.174)	(13.458)
Equivalência patrimonial	14.684	52.113	723	(188)	1.423	68.755	(28.923)
Transferência para intangível	-	-	-	-	(7.765)	(7.765)	-
Transf. para passivo a descobe	(14.684)	-	-	-	262	(14.422)	-
Lei 11.638/07	-	(2.784)	-	-	(1.367)	(4.151)	-
Saldos em 31 de Dez. de 2007	-	1.363.647	1.156	-	347	1.365.150	110.987

	Controladora					Total	Consolidado
	Novasoc	Sé	P.A.				
			Publicidade	Sendas	Outros		
Saldos em 31 de dez. de 2007	-	1.363.647	1.156	-	347	1.365.150	110.987
Adições	-	10.985	-	-	-	10.985	-
Aquisições	-	-	-	30.285	-	30.285	-
Variação Cambial	-	-	-	-	81	81	-
Baixas	-	-	-	-	125	-	-
Incorporação	(6)	-	-	(125)	6	-	-
Equivalência patrimonial	19.688	59.852	514	(3.718)	19	76.355	2.922
Transf. para passivo a desco	(19.682)	-	-	-	-	(19.682)	-
Lei 11,638/07	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dez. de 2008	-	1.434.484	1.670	26.442	578	1.463.174	113.909

(i) **Novasoc** – Possui atualmente, contratos de arrendamento de 16 lojas com a Paes Mendonça, cuja vigência é de cinco anos, podendo ser prorrogado por igual período, duas vezes consecutivas, mediante a notificação ao arrendatário, tendo seu vencimento final em 2014. Durante a vigência do referido contrato, os acionistas da Paes Mendonça não poderão alienar suas ações sem a prévia e expressa concordância da Novasoc. Os pagamentos de aluguéis pelo arrendamento operacional

somam R\$ 10.112 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 9.101 em 2007), incluindo um aluguel contingente adicional baseado em 0,5% a 2,5% das receitas das lojas.

Conforme previsto no contrato social, a distribuição dos resultados da Novasoc pode ser feita de forma desproporcional à participação no capital social da empresa. Por decisão dos quotistas, a Companhia participa em 99,98% dos resultados desde o exercício de 2000.

Em 31 de dezembro de 2008, a controlada Novasoc apresentava passivo a descoberto. Tendo em vista a continuidade operacional e viabilidade econômica futura dessa controlada, garantida pela controladora, a Companhia registrou o montante de R\$ 8.941 (R\$ 28.623 em 31 de dezembro 2007), na rubrica “Provisão para perdas em investimentos”, em reconhecimento de sua obrigação perante os credores.

(ii) Sé – Possui participação direta na Miravalles correspondente a 50% do capital social, o que representa indiretamente o investimento na FIC.

(iii) Sendas Distribuidora – Em 18 de outubro de 2008, o GPA iniciou a operação de atacarejo no Estado do Rio de Janeiro com a bandeira Assai através da Xantocarpa.

(iv) Barcelona - Em 1º de novembro de 2007, o GPA, através de uma sociedade controlada pela Sé (Sevilha), adquiriu ações representativas de 60% do capital total e votante da Barcelona, sociedade receptora do acervo cindido do Assai relativo às atividades anteriormente desenvolvidas pelo Assai no mercado de atacado no setor alimentício pelo valor de R\$ 208.504, originando um ágio de R\$ 206.068, registrado na subsidiária Sevilha.

Para participação de 40% dos acionistas não controladores na Barcelona, foi firmado um acordo de acionistas que estabeleceu uma opção de compra e venda dessas participações, nas seguintes condições:

1) Critérios para cálculo do preço de compra ou venda para a participação remanescente de 40%:

- O maior entre 7 vezes EBITDA e 35,16% da venda líquida nos últimos 12 meses imediatamente anteriores à data de exercício da Opção, descontado o endividamento líquido e contingências prováveis de perda. Caso a margem EBITDA seja inferior a 4,625%, somente o critério de 7 vezes EBITDA será considerado;
- Valor da compra inicial descontado do dividendo distribuído, corrigido pelo IPCA + 6,5% ao ano.

2) Opção de Compra (“CALL”) da totalidade das ações dos sócios – 40%:

- Caso o GPA exija a destituição do “chairman” por performance (mediante critérios específicos estabelecidos no acordo de acionistas) – pelo critério 1 do preço de venda;
- Se o “chairman” renunciar ou estiver ausente por mais de 1/3 das reuniões do Conselho convocadas durante determinado exercício social - pelo menor valor entre o critério 1 ou 125% do critério 2 do preço de venda;
- A qualquer momento até 31 de dezembro de 2011 – pelo maior valor entre o critério 1 ou 125% do critério 2 do preço de venda;
- De 1 a 15 de janeiro de cada ano calendário entre 2012 e 2014 – pelo maior valor entre o critério 1 e o critério 2 do preço de venda;
- A qualquer tempo em caso de incapacidade ou falecimento do “chairman”, pelo critério 1 do preço de venda.

A Companhia não efetuou o registro desta opção por se enquadrar na exceção prevista no parágrafo 2(g) do CPC 14. A Administração acompanhará o desenvolvimento do CPC 15 e da segunda fase de instrumentos financeiros durante o exercício de 2009. O valor justo desta opção em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 247.470.

O Conselho de Administração da Barcelona é formado por 7 membros, com mandato de 3 anos, sendo 4 membros por indicação do GPA e 3 membros por indicação dos sócios originais do Assai, sendo entre estes últimos, indicado o Presidente do Conselho de Administração. Os sócios originais do Assai também podem exercer Opção de Venda a partir de 1º de janeiro de 2012 conforme condições previstas no item acima.

Na reunião do conselho de administração da Barcelona de 31 de março de 2008, foi aprovada a incorporação reversa da Sevilha Empreendimentos e Participações Ltda., antiga controladora da Barcelona, com data base em 28 de fevereiro de 2008. A referida incorporação foi efetuada pelo valor contábil, com base em laudo de avaliação efetuado por peritos independentes. Com a incorporação da Sevilha pela Barcelona, a Sé passa a ter participação direta de 60% no capital total e votante da Barcelona. Na Barcelona foi constituída a reserva especial de ágio no montante de R\$ 69.180 de acordo com a Instrução CVM 319/99.

c) Acordo de investimento – Companhia e Sendas

Em 19 de outubro de 2006, a Sendas S.A. notificou a Companhia, manifestando o exercício do put previsto na Cláusula 6.7 do Acordo de Acionistas da Sendas Distribuidora que trata da transferência de controle. A Companhia, por entender que não houve alienação de controle, contra-notificou a Sendas S.A.

No dia 31 de outubro de 2006, a Companhia foi notificada pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas – FGV que a Sendas S.A. solicitou a instauração de arbitragem, esfera prevista para discussão do assunto.

Em 5 de janeiro de 2007, a Sendas S.A. notificou a Companhia, manifestando o exercício do direito de permutar a totalidade das ações integralizadas de sua propriedade por ações preferenciais do capital social da Companhia, previsto na Cláusula 6.9.1 do Acordo de Acionistas da Sendas Distribuidora, condicionando a efetivação da permuta à divulgação de sentença no âmbito da arbitragem acima referida que não venha a reconhecer o direito do exercício do put por parte da Sendas.

Em 13 de março de 2007, Companhia e Sendas firmaram compromisso, dando início ao procedimento arbitral.

Em 29 de abril de 2008 foi proferida sentença, pelo Tribunal Arbitral constituído de acordo com as regras da Câmara de Conciliação e Arbitragem da FGV-RJ, concluindo favoravelmente ao GPA, que não houve alienação do seu controle acionário quando da conclusão da operação de associação com o Casino em 2005.

Desta forma, foram negados os pedidos da Sendas S.A. na arbitragem com base na inexistência de alienação de controle, em especial o pedido de que fosse reconhecido o suposto direito de exercício de opção de venda (“PUT”) de suas ações na Sendas Distribuidora S.A.

Com a efetivação da sentença proferida a favor de GPA, está em fase de negociação a efetivação do PUT notificado à Companhia em 05 de janeiro de 2007 por Sendas S.A., manifestando o exercício do direito de permutar a totalidade das ações integralizadas de sua propriedade por ações preferenciais do capital social da Companhia, previsto na Cláusula 6.9.1 do Acordo de Acionistas da Sendas Distribuidora.

d) Acordo de investimento – Companhia e Itaú

A Miravalles, empresa constituída em julho de 2004 e detentora dos direitos de exploração de atividades financeiras da Companhia recebeu recursos financeiros do Itaú em subscrição de aumento de capital, o qual passou a deter 50% de participação nessa sociedade. Ainda em 2004, a Miravalles constituiu a Financeira Itaú Companhia S.A. (“FIC”), com um capital social de R\$ 150.000, empresa que atua na estruturação e comercialização de produtos e serviços financeiros exclusivamente para os clientes do GPA.

Em 22 de dezembro de 2005, foi assinado um aditivo ao acordo de associação entre Companhia, Itaú e FIC, tendo sido modificados os termos relacionados ao cumprimento das metas de performance, estabelecidos inicialmente. Mediante o termo aditivo, não há mais vinculação entre o cumprimento das metas e a conta garantia, tendo sido estabelecidas multas pelo não-cumprimento das referidas metas.

A presente associação tem prazo de duração de 20 anos, podendo ser prorrogada por prazo indeterminado. A gestão operacional da FIC é de responsabilidade do Itaú.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o total de investimento e o resultado de equivalência patrimonial dessa investida representam 0,8% e 1,0%, respectivamente, em relação ao total do ativo e ao lucro líquido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia (0,9% e 13,7% em 31 de dezembro de 2007, respectivamente).

e) Subscrição de capital efetuado pelo Grupo AIG na Sendas Distribuidora

Em 30 de novembro de 2004 os acionistas da Sendas Distribuidora e fundos de investimento do grupo AIG (“AIG”), celebraram contrato por meio do qual o AIG investiu na Sendas Distribuidora o montante de R\$ 135.675, mediante subscrição e integralização de 157.082.802 ações preferenciais classe B, de emissão da Sendas Distribuidora, representativas de 14,86% do seu capital. O AIG renunciou a quaisquer direitos relativos ao recebimento de dividendos, até 30 de novembro de 2008.

De acordo com o contrato, Companhia e AIG outorgaram-se, mutuamente, opções recíprocas de compra e venda das ações adquiridas pelo AIG na Sendas Distribuidora, que poderão ser exercidas em aproximadamente 4 anos.

Em 17 de março de 2008, o AIG notificou a Companhia sua opção de venda de suas 157.082.802 ações preferenciais da Sendas Distribuidora pelo montante de R\$ 165.440, valor este determinado por fórmula constante no acordo de desinvestimento assinado em 1º de dezembro de 2004. O pagamento se deu R\$ 12.066 em dinheiro e R\$ 153.364 em swap de ações.

Em 06 de maio de 2008, foi assinado entre as partes um contrato de compra e venda de ações, transferindo a propriedade das ações da Sendas Distribuidora para a Companhia, com cláusula condicional, cuja validade do ato está subordinada a autorização do aumento de capital e emissão de ações pela Companhia.

O aumento de capital representativo do exercício da opção de venda ocorreu em 27 de junho de 2008, com a autorização da emissão de ações preferenciais pelo Conselho de Administração da Companhia, que efetiva o swap de ações conforme contrato de junho de 2005.

11. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação %		Controladora			
			2008		2007	
	Nominal	Média ponderada	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	-	808.450	-	808.450	665.241
Edifícios	3,33	3,33	2.304.492	(502.560)	1.801.932	1.743.944
Benfeitorias e melhoramentos	(*)	6,67	1.519.359	(643.689)	875.670	904.347
Equipamentos	10.0 to 33.0	12,59	902.812	(587.396)	315.416	380.387
Instalações	10.0 to 25.0	20,0	389.036	(304.600)	84.436	92.811
Móveis e utensílios	10,0	10,0	360.181	(214.888)	145.293	122.501
Veículos	20,0	20,0	21.186	(8.292)	12.894	10.155
Imobilizado em andamento	-	-	61.343	-	61.343	159.132
Outros	10,0	10,0	124.677	(55.431)	69.246	79.052
TOTAL			6.491.536	(2.316.856)	4.174.680	4.157.570
Arrendamentos Financeiros						
Hardware and Software	20,0	20,0	73.377	(25.684)	47.693	17.901
Benfeitorias	5.0 to 20.0	5.0 to 20.0	34.317	(8.743)	25.574	26.376
Total			107.694	(34.427)	73.267	44.277
TOTAL			6.599.230	(2.351.283)	4.247.947	4.201.847
Taxa média anual de depreciação - %					5,33	5,19

(*)As benfeitorias e melhorias são depreciadas em função da vida útil estimada do bem ou do prazo dos contratos de aluguel, dos dois o menor.

	Taxas anuais de depreciação %		Consolidado			
			2008		2007	
	Nominal	Média ponderada	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	-	850.126	-	850.126	706.916
Edifícios	3,33	3,33	2.407.456	(533.320)	1.874.136	1.816.818
Benfeitorias e melhoramentos	(*)	6,7	2.113.802	(910.493)	1.203.309	1.227.062
Equipamentos	10,0 to 33,0	12,59	1.160.241	(738.364)	421.878	495.011
Instalações	10,0 to 25,0	20,0	480.813	(368.943)	111.870	139.054
Móveis e utensílios	10,0	10,0	500.645	(291.123)	209.522	182.201
Veículos	20,0	20,0	22.952	(8.586)	14.366	10.807
Imobilizado em andamento	-	-	67.818	-	67.818	163.040
Outros	10,0	10,0	125.933	(56.011)	69.922	79.270
TOTAL			7.729.786	(2.906.840)	4.822.947	4.820.179
Arrendamentos Financeiros						
Equipamentos	10,0	10,0	15.700	(2.374)	13.325	26.422
Hardware and Software	20,0	20,0	90.859	(28.621)	62.238	1.577
Instalações	10,0	10,0	5.836	(626)	5.210	4.690
Móveis e utensílios	10,0	10,0	4.276	(393)	3.883	2.505
Veículos	20,0	20,0	2.639	(863)	1.776	2.521
Benfeitorias	5,0 to 20,0	5,0 to 20,0	43.272	(11.217)	32.055	33.243
Total			162.582	(44.094)	118.487	70.958
TOTAL			7.892.368	(2.950.934)	4.941.434	4.891.137
Taxa média de depreciação - %					5,76	5,64

(*)As benfeitorias e melhorias são depreciadas em função da vida útil estimada do bem ou do prazo dos contratos de aluguel, dos dois o menor.

a) Adições no ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Adições	374.076	866.959	471.361	935.960
Arrendamentos Financeiros	4.699	12.882	14.057	35.685
Juros capitalizados	29.273	42.425	31.723	44.666
Saldo em 31 dezembro de 2008	408.048	922.266	517.141	1.016.311

As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

12. Intangível

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 dezembro de 2006	413.822	630.945
Adições	500	198.598
Transferência de Investimento	7.765	7.765
Transferência para Imobilizado	(9.551)	(9.551)
Amortização	(121.976)	(152.905)
Saldos em 31 dezembro de 2007	290.560	674.852
Adições	138.057	138.062
Transferência para Imposto de Renda Diferido nos termos da CVM 319 (Nota 18c)	-	(69.180)
Amortização	(123.006)	(165.977)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	305.611	577.757

Nas incorporações de sociedades controladas e para fins de consolidação, as parcelas originalmente registradas na rubrica de investimentos - como ágio fundamentado, principalmente, na expectativa de rentabilidade futura - foram transferidas para o ativo intangível e foram amortizadas até 31 de dezembro de 2008 nos prazos e extensões das projeções de rentabilidade que os determinaram, limitados por um prazo de até 10 anos.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados na operação. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa e futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- ▶ **Receitas** – As receitas foram projetadas com base no orçamento anual do próximo exercício e no plano de negócios da Companhia que abrange o período entre 2009 e 2013;
- ▶ **Custos e despesas operacionais** – Os custos e despesas foram projetados com base no desempenho histórico da Companhia e seu crescimento foi projetado em linha com o crescimento das vendas, considerando sua relação;
- ▶ **Investimento de Capital** – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento das vendas.

As premissas chave foram estimadas considerando o desempenho histórico da Companhia e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações fundamentadas em projeções de mercado financeiro, documentadas e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos. As taxas de crescimento das receitas utilizadas são compatíveis com as expectativas macroeconômicas de longo prazo as quais são revisadas anualmente com base no desempenho histórico e nas perspectivas para o setor em que a Companhia opera. A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 4 anos foi a taxa nominal de 3,9% para 2009 e 2010 e 4,9% para 2011 e 2012.

Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 11,3% neste exercício.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

Em consonância com o CPC 01 item 107, CPC 02 item 32 e CPC 13 item 49 e 50. A partir de 1º de janeiro de 2009, os saldos dos ágios não serão amortizados, estando sujeitos a análises anuais de recuperação.

13. Empréstimos e financiamentos

i) Composição da dívida

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Debêntures					
Debêntures	13d	35.681	27.819	35.681	27.819
Contratos de swap	13a	2.024	2.790	2.024	2.790
Custo de captação		(844)	(844)	(844)	(844)
		<u>36.861</u>	<u>29.765</u>	<u>36.861</u>	<u>29.765</u>
Moeda local					
BNDES	13b	93.057	98.032	93.057	98.032
Capital de giro	13a	-	16.520	-	36.831
Quotas PAFIDC	8	-	-	-	823.802
Arrendamento Financeiro	21	21.555	13.984	31.308	23.061
Custo de captação		(3.400)	(75)	(3.870)	(366)
		<u>111.212</u>	<u>128.461</u>	<u>120.495</u>	<u>981.360</u>
Moeda Estrangeira					
BNDES	13b	10.562	7.926	10.562	7.926
Capital de giro	13a	184.526	-	182.355	226.370
Contratos de swap	13a	(21.069)	20.649	(12.267)	225.306
Custo de captação		(183)	(183)	(565)	(392)
		<u>173.836</u>	<u>28.392</u>	<u>180.085</u>	<u>459.210</u>
Total curto prazo		<u>321.909</u>	<u>186.618</u>	<u>337.441</u>	<u>1.470.335</u>
Debêntures					
Debêntures	13d	779.650	779.650	779.650	779.650
Custo de captação		(1.782)	(2.626)	(1.782)	(2.626)
		<u>777.868</u>	<u>777.024</u>	<u>777.868</u>	<u>777.024</u>
Moeda local					
BNDES	13b	109.750	201.514	109.750	201.514
Capital de giro	13a	381.089	-	430.189	-
Quotas PAFIDC	8	-	-	930.849	-
Arrendamento Financeiro	21	53.430	52.171	71.647	70.757
Custo de captação		(410)	(255)	(513)	(428)
		<u>543.859</u>	<u>253.430</u>	<u>1.541.922</u>	<u>271.843</u>
Moeda Estrangeira					
BNDES	13b	877	8.513	877	8.513
Capital de giro	13a	461.840	459.802	837.804	603.994
Contratos de swap	13a	(107.618)	(3.106)	(79.561)	86.905
Custo de captação		(256)	(441)	(807)	(440)
		<u>354.843</u>	<u>464.768</u>	<u>758.313</u>	<u>698.972</u>
Total longo prazo		<u>1.676.570</u>	<u>1.495.222</u>	<u>3.078.103</u>	<u>1.747.839</u>

(*) Os custos de captação são principalmente formados por comissão de intermediação e IOF "Imposto sobre Operações Financeiras", nos termos do CPC 08.

(ii) Cronograma de vencimentos não circulantes

Ano	Controladora	Consolidado
2010	439.672	1.753.913
2011	653.639	698.049
2012	294.668	369.359
2013	291.039	259.884
Sub-total	1.679.018	3.081.205
Custo de Captação	(2.448)	(3.102)
Total	1.676.570	3.078.103

a) Financiamento de capital de giro

São obtidos de bancos locais e parte deles é utilizada para financiar o crédito a clientes (o saldo remanescente não cedido ao PAFIDC), ou tiveram origem em necessidades de financiamento do crescimento do GPA. São feitos sem garantias, mas com aval da Companhia no caso da Sendas Distribuidora.

		Taxa*	Controladora		Taxa*	Consolidado	
			2008	2007		2008	2007
Dívida							
Moeda local							
BNDÉS	TJLP		-	6.443		-	6.443
Unibanco	CDI		-	10.077		-	30.388
Brasil	CDI	93,8%	381.089	-	93,8%	430.189	-
			381.089	16.520		430.189	36.831
Moeda estrangeira							
ABN AMRO	YEN	1,7%	156.269	100.864	4,4%	480.736	313.154
Santander	USD	6,0%	490.097	358.938	5,0%	539.423	501.361
Brasil	YEN		-	-		-	15.849
			646.366	459.802		1.020.159	830.364
Contratos de swap							
ABN AMRO	CDI	101,8%	(44.835)	10.046	104,3%	(23.689)	178.996
Santander	CDI	100,2%	(92.775)	(13.153)	103,2%	(92.775)	114.271
Votorantim	CDI	100,0%	1.861	4.168	100,0%	17.574	1.303
Pactual	CDI	100,0%	7.062	16.482	100,0%	7.062	16.482
Brasil			-	-		-	1.159
			(128.687)	17.543		(91.828)	312.211
TOTAL			898.768	493.865		1.358.520	1.179.406

*Taxa Média Ponderada

A Companhia utiliza operações de swap para converter as obrigações denominadas em dólares norte-americanos, iene e juros prefixados para reais vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante). A Companhia entrou simultaneamente com a mesma contraparte em operações de swap de moeda e taxa de juros.

A taxa de referência anual de CDI em 31 de dezembro de 2008 era de 12,38% (11,82% em 2007).

b) Linha de crédito do BNDES

Os contratos de linha de crédito firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), denominados em reais, estão sujeitos à indexação com base na TJLP, mais juros anuais, ou são denominados com base em uma cesta de moedas estrangeiras para refletir a carteira de financiamento do BNDES, mais juros anuais. Os financiamentos são pagos em prestações mensais após um período de carência, conforme mencionado abaixo.

A Companhia não pode oferecer quaisquer ativos como garantia em operações de empréstimo com outras partes sem a prévia autorização do BNDES e deve cumprir cláusulas restritivas (Dívida covenants) calculadas sobre o balanço consolidado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo: (i) manter um índice de capitalização (patrimônio líquido / total do ativo) igual ou maior que 0,40 e (ii) manter um índice de liquidez (ativo circulante / passivo circulante) igual ou maior que 1,05. A Administração mantém efetivo controle e acompanhamento das cláusulas restritivas, não tendo ocorrido o descumprimento das mesmas. A empresa controladora ofereceu fiança, responsabilizando-se solidariamente até a liquidação dos contratos.

Se a TJLP exceder 6% ao ano, o excesso será adicionado ao principal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 R\$ 611 foram adicionados ao principal (R\$ 636 em 2007).

Controladora e Consolidado

Encargos financeiros anuais	Período de carência em meses	Número de prestações mensais	Vencimento	Controladora e Consolidado	
				2008	2007
Cesta de moedas + 4.125%	14	60	Jan/10	11.439	16.438
TJLP + 4.125%	12	60	Nov/09	51.730	107.845
TJLP + 1.0%	12	60	Nov/09	3.124	6.513
TJLP + 3.2%	6	60	Nov/12	129.277	161.813
TJLP + 2.7%	6	60	Nov/12	18.676	23.376
				214.246	315.985

c) Quotas resgatáveis PAFIDC

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP Nº 01/2006, a Companhia reclassificou suas quotas do PAFIDC, dadas as suas características, para a rubrica de Empréstimos e Financiamentos (Nota 8).

d) Debêntures

(i) Composição das debêntures em circulação – 6ª emissão

	Espécie	Títulos em circulação	Encargos financeiros anuais	P. U.	2008	2007
1º series	Sem preferência	54.000	CDI + 0.5%	10.458	564.713	559.268
2º series	Sem preferência	23.965	CDI + 0.5%	10.458	250.618	248.201
1º and 2º series	swap juros	-	104.96% of CDI	-	2.024	2.790
Custo de captação					(2.626)	(3.470)
Controladora/Consolidado - Curto e longo prazo					814.729	806.789
Passivo não circulante					777.868	777.024
Passivo circulante					36.861	29.765

(ii) Movimentação das Debêntures

	Número de debêntures	Valor
Em 31 de dezembro de 2006	40.149	414.761
Amortização principal 5ª emissão	(40.149)	(401.490)
6ª emissão	77.965	779.650
Juros líquidos de pagamentos e swap	-	13.868
Em 31 de dezembro de 2007	77.965	806.789
Juros e swap	-	(90.118)
Juros líquidos de pagamentos e swap	-	98.058
Em 31 de dezembro de 2008	77.965	814.729

(iii) Informações adicionais

Sexta emissão – em 1º de março de 2007, os acionistas aprovaram a emissão e a colocação pública de R\$ 779.650 em 77.965 debêntures não-conversíveis. A Companhia recebeu recursos equivalentes a R\$ 551.518 de 54.000 debêntures emitidas da primeira série, e R\$ 245.263 de 23.965 debêntures (com deságio de 0,24032%), emitidas da segunda série. Do total do recurso da segunda série, R\$ 242.721 foram utilizados para amortizar 23.965 debêntures da quinta emissão e parte dos juros. As debêntures são indexadas à taxa média do CDI, e tem juros de 0,5% ao ano, pagáveis a cada seis meses, com início em 1º de setembro de 2007 e término em 1º de março de 2013. A amortização das debêntures ocorrerá em 1º de março de 2011, 1º de março de 2012 e 1º de março de 2013, no total de 25.988 debêntures para cada ano. As debêntures não estarão sujeitas à renegociação até a data de vencimento, em 1º de março de 2013.

A Companhia está em conformidade com as cláusulas restritivas (Dívida covenants) previstas na 6ª emissão, calculadas sobre o balanço consolidado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil: (i) dívida líquida (dívida menos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber) inferior ao saldo do patrimônio líquido; (ii) manutenção de um índice entre dívida líquida e EBITDA (Nota 23) menor ou igual a 3,25.

14. Instrumentos Financeiros

O GPA mantém operações com instrumentos financeiros com o objetivo de contribuir com sua capacidade de investimentos para sustentar sua estratégia de crescimento. As operações com derivativos tem a exclusiva finalidade de reduzir a exposição a risco da flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros e com o objetivo de manter um equilíbrio da estrutura de capital.

Os instrumentos financeiros da controladora e do consolidado estão sendo apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e a instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são como seguem:

	Controladora			
	Contábil		Valor Justo	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e equivalentes	1.253.727	750.532	1.253.727	750.532
Contas a Receber e PAFIDC	946.154	977.786	946.154	977.786
Partes Relacionadas	509.818	324.687	509.818	324.687
Fornecedores	(1.834.286)	(1.850.512)	(1.834.286)	(1.850.512)
Empréstimos e Financiamentos (*)	(1.183.750)	(875.051)	(1.180.804)	(875.051)
Debêntures	(814.729)	(806.789)	(775.764)	(804.657)
Exposição Líquida	(1.123.066)	(1.479.347)	(1.081.155)	(1.477.215)

(*) Os empréstimos e instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de valor justo são contabilizados pelo valor justo.

	Consolidado			
	Contábil		Valor Justo	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e equivalentes	1.625.612	1.064.132	1.625.612	1.064.132
Contas a Receber e PAFIDC	2.251.546	2.187.583	2.251.546	2.187.583
Partes Relacionadas	264.039	245.126	264.039	245.126
Fornecedores	(2.409.501)	(2.339.262)	(2.409.501)	(2.339.262)
Empréstimos e Financiamentos (*)	(2.600.815)	(2.411.385)	(2.597.546)	(2.411.385)
Debêntures	(814.729)	(806.789)	(775.764)	(804.657)
Exposição Líquida	(1.683.848)	(2.060.595)	(1.641.614)	(2.058.463)

(*) Os empréstimos e instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de valor justo são contabilizados pelo valor justo.

A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas.

(i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem os investimentos em uma única instituição financeira, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de crédito da instituição financeira, que são constantemente atualizados (Nota 4).

- Contas a receber: a Companhia efetua vendas diretamente aos clientes pessoas físicas por meio de cheques pré-datados, numa parcela muito pequena das vendas (cerca de 0,52% das vendas).

As vendas realizadas através de cartão de crédito e/ou tickets são na sua maioria cedidas para o PAFIDC, cujo risco está associado e limitado ao valor das quotas subordinadas detidas pela Companhia (Nota 8).

- (ii) Risco de Taxas de Juros--Continuação A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco das taxas subirem, em função da parte passiva das operações com derivativos (Hedge Cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente este efeito.
- (iii) Risco de Taxas de Câmbio A Companhia e suas controladas estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos em moeda estrangeira, portanto, a Companhia e suas controladas contrataram operações financeiras com derivativos de forma a proteger-se da variação cambial decorrente de empréstimos em moeda estrangeira. Os instrumentos utilizados foram contratos de swap.
- (iv) Instrumentos financeiros derivativos A Companhia designa parte dos contratos de swap como hedges de valor justo de sua porção das dívidas em moeda estrangeira (Dólar dos EUA e Iene Japonês), para taxa de juros interna (CDI). Estes contratos montam um valor de referência de R\$ 743.805, em 31 de dezembro de 2008. A contratação desses instrumentos é efetuada nos mesmos prazos de vencimento do contrato de financiamento e preferencialmente com a mesma instituição financeira e dentro dos limites aprovados pela administração.

Os demais contratos de swap são substancialmente relacionados às debêntures e empréstimo do BNDES, trocando percentual de taxa de juros internas variáveis mais fixas por variáveis (CDI). Esses instrumentos foram classificados como “mensurado a valor justo ao resultado”.

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de swaps com limitadores (“caps”), cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos swaps tradicionais, para fins especulativos, que não os de proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade destes hedges no início e em bases contínuas (pelo menos trimestralmente) e os hedges contratados em 31 de dezembro de 2008 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam

qualificados como contabilidade de cobertura (“hedge accounting”) conforme o CPC 14, a dívida coberta é também ajustada a valor justo conforme as regras de hedge de valor justo.

	Consolidado				
	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo		
	2008	2007	2008	2007	
Hedge de valor justo					
Objeto do hedged (dívida)	(743.805)	(904.232)	(1.020.159)	(830.364)	
Posição Ativa					
USD + Pré	5.93% a.a. (6.05% a.a. em 2007)	635.574	796.001	863.327	729.228
YEN + Pré	1.69% a.a. (1.81% a.a. em 2007)	108.231	108.231	156.270	100.863
		743.805	904.232	1.019.597	830.091
Posição Passiva					
% CDI	102.44% a.a.	(743.805)	(904.232)	(918.848)	(1.121.652)
		(743.805)	(904.232)	(919.410)	(1.121.925)

Descrição	Consolidado				
	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo		
	2008	2007	2008	2007	
Contratos de "Swaps" mensurados ao valor justo por meio do resultado					
Posição Ativa					
CDI + Pré	100% do CDI + 0.05% a.a.	779.650	779.650	776.366	802.609
USD + Pré	104.8% do CDI (idem em 2007)	12.263	24.832	9.892	14.765
		791.913	804.482	786.258	817.374
Posição passiva					
% CDI		(791.913)	(804.482)	(797.203)	(840.814)
		-	-	(10.945)	(23.440)

Ganhos e perdas, realizados e não realizados, sobre esses contratos são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber ou a pagar no valor justo de R\$ 89.804 está registrado na conta “empréstimos e financiamentos”.

Os efeitos do hedge de valor justo no resultado do exercício foram de R\$ (38.737) e R\$ 37.154 em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente. Demais instrumentos marcados a valor justo tiveram efeito de R\$ 25.941 e R\$ (26.990) no resultado em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

(v) Valores justos dos instrumentos financeiros de derivativos Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&F Bovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps divulgados pela BM&F Bovespa.

Os valores a mercado dos swaps cupom cambiais x CDI foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

b) Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Instrução CVM estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no item 59 do CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&F Bovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No caso dos instrumentos derivativos (destinados à proteção de sua dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos.

Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade,

de modo a informar sobre a exposição líquida da Sociedade, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

(i) Hedge de valor justo

Operações	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em USD	aumento do USD	(1.017.434)	(1.271.792)	(1.526.150)
Swap (Ponta ativa em USD)	aumento do USD	1.017.926	1.272.407	1.526.888
	efeito líquido	492	615	738
Dívida em YEN	aumento do YEN	(216.645)	(270.806)	(324.967)
Swap (Ponta ativa em YEN)	aumento do YEN	216.645	270.806	324.967
	efeito líquido	-	-	-
Swap (ponta passiva em CDI)	aumento do CDI	(1.176.326)	(1.245.787)	(1.317.956)
Efeito líquido das variações dos cenários em relação ao Cenário I		-	(69.338)	(141.384)

A exposição líquida da Companhia corresponde à dívida em CDI e o efeito líquido total representa a deterioração dos cenários II em R\$ 69.338 e do cenário III em R\$ 141.384 em relação ao cenário I, considerando o mais provável pela Companhia.

(ii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Operações	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap (Ponta ativa em USD)	queda do USD	10.729	8.274	5.667
Swap (Ponta passiva em CDI)	aumento do CDI	(19.652)	(19.944)	(20.236)
	efeito líquido	(8.923)	(11.670)	(14.569)
Swap (Ponta ativa em CDI)	aumento do CDI	1.124.123	1.195.447	1.265.781
Swap (Ponta passiva em CDI)	aumento do CDI	(1.126.588)	(1.201.502)	(1.275.423)
	efeito líquido	(2.465)	(6.055)	(9.642)
Efeito líquido total		(11.388)	(17.725)	(24.211)

O efeito líquido total dos cenários acima é basicamente da exposição da empresa ao CDI.

Premissas de Sensibilidade

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuro projetados, obtidos junto a BM&F na data de vencimento de cada contrato, considerando para o cenário II um incremento de 25% e para o cenário III um incremento de 50%.

Para cálculo da exposição líquida, todos os derivativos foram considerados a valor justo nas respectivas datas de vencimento, assim como suas dívidas associadas (elementos protegidos) e demais instrumentos financeiros da Companhia.

15. Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

Os impostos e contribuições são compostos conforme abaixo :

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
PIS e COFINS a recolher	24.349	18.158	31.142	25.031
Provisão para IR e Contribuição Social	-	5.575	13.860	16.944
	24.349	23.733	45.002	41.975
Impostos Parcelados				
INSS	39.047	37.440	39.047	37.561
CPMF	9.834	10.028	11.835	12.035
Outros	14.164	10.683	14.350	10.847
	63.045	58.151	65.232	60.443
Total Circulante	87.394	81.884	110.234	102.418
Não Circulante				
Impostos Parcelados				
INSS	136.664	168.478	136.664	169.115
CPMF	34.417	45.125	41.421	54.159
Outros	21.504	26.293	22.742	27.563
	192.585	239.896	200.827	250.837
Total Não Circulante	279.979	321.780	311.061	353.255

O parcelamento de impostos compreende os seguintes valores:

- (i) INSS e CPMF - A Companhia desistiu de alguns processos, e protocolou pedido para participação no Programa de Parcelamento Especial de Impostos ("PAES"), de acordo com a Lei nº 10.680/2003. Esses parcelamentos de tributos são corrigidos pela TJLP, podendo ser pagos em até 120 meses.
- (ii) Outros - A Companhia também protocolou pedido para participação no Programa de Parcelamento de Impostos (PPI) Estadual e Municipal. Esses tributos são corrigidos pela SELIC, podendo ser pagos em até 120 meses.

16. Provisão para Contingências

O processo de estimativa da provisão para contingências é efetuado pela Administração com o suporte dos seus assessores jurídicos. A provisão para contingências foi constituída em montante suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia e está demonstrada líquida de depósitos judiciais correlacionados, conforme abaixo:

	Controladora				Total
	COFINS e PIS	Outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	
Saldo em 31 de dez. de 2006	976.001	23.351	5.356	80.014	1.084.722
Adições	16.000	1.546	12.332	20.377	50.255
Reversão/pagamento	(6.886)	-	(12.971)	(13.703)	(33.560)
Atualização Monetária	53.009	2.243	5.688	9.978	70.918
Depósitos Judiciais	-	-	(8.897)	(6.484)	(15.381)
Saldo em 31 de dez. de 2007	1.038.124	27.140	1.508	90.182	1.156.954
Adições	45.512	-	17.578	22.790	85.880
Reversão/pagamento	(1.825)	-	(21.232)	(7.310)	(30.367)
Atualização Monetária	73.238	2.342	6.359	11.604	93.543
Depósitos Judiciais	(124.489)	-	(5.669)	(7.553)	(137.711)
Saldo em 31 de dez. de 2008	1.030.560	29.482	(1.456)	109.713	1.168.299

	Consolidado				Total
	COFINS and PIS	Outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	
Saldo em 31 de dez. de 2006	1.011.320	24.580	5.993	95.734	1.137.627
Adições	26.250	2.570	19.462	22.821	71.103
Reversão/pagamento	(6.886)	-	(18.087)	(21.264)	(46.237)
Atualização Monetária	55.497	2.389	6.083	11.517	75.486
Depósitos Judiciais	-	-	(11.050)	(10.740)	(21.790)
Saldo em 31 de dez. de 2007	1.086.181	29.539	2.401	98.068	1.216.189
Adições	63.155	1.692	27.910	23.239	115.996
Reversão/pagamento	(7.121)	-	(31.597)	(8.813)	(47.531)
Atualização Monetária	78.679	2.467	7.106	12.694	100.946
Depósitos Judiciais	(124.489)	(2.032)	(7.991)	(9.138)	(143.650)
Saldo em 31 de dez. de 2008	1.096.405	31.666	(2.171)	116.050	1.241.950

a) Tributárias

As contingências tributárias são indexadas pelo Sistema Especial de Liquidação de Custódia ("SELIC"), 11,89% em 31 de dezembro de 2008 (11,25% em 2007), e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Em todos os casos os referidos juros e multas, quando aplicáveis, foram computados sobre valores não pagos, integralmente provisionados.

COFINS e PIS

A Companhia e suas controladas discutem a constitucionalidade da mudança da base de tributação do PIS e da majoração da alíquota e base de apuração da COFINS (Lei nº 9.718/99). A provisão registra os valores não recolhidos, atualizados monetariamente em 31 de dezembro de 2008 no total de R\$ 1.048.683 (R\$ 971.004 em 2007) decorrentes de ações que estão em andamento na 2ª Instância no Tribunal Regional Federal, e até o momento não foi requerido que a Companhia efetuasse depósitos judiciais.

Com o início da sistemática da não-cumulatividade na apuração do PIS (Lei nº 10.637/02) e da COFINS (Lei nº 10.833/03), a Companhia e suas controladas passaram a aplicar as referidas regras, bem como questionar, junto ao Poder Judiciário, a ampliação da base de cálculo destas contribuições, bem como à apropriação de créditos não admitidos pela legislação. A provisão registrada no balanço em 31 de dezembro de 2008 no valor de R\$ 172.211 (R\$ 115.177 em 2007) inclui a parcela não recolhida, atualizada monetariamente. Para essas discussões há garantia para assegurar a suspensão da exigibilidade, e há depósito judicial no montante de R\$ 124.489.

Outros

A Companhia e suas controladas têm outras contingências tributárias que após análise de seus assessores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis ou assuntos passíveis de registro contábil conforme regulamentado pela CVM. São eles: Não incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI sobre a importação de bacalhau para o qual tem depósito, autuação a respeito de diferença de índices utilizados (Plano Verão), autuações de IRRF e INSS, bem como sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ). O montante registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2008 para esses assuntos é de R\$ 33.698 (R\$ 29.539 em 2007), e possui depósito judicial no montante de R\$ 2.032.

b) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia mantém uma provisão de R\$ 53.585 (R\$ 50.166 em 2007) avaliadas como risco provável. Os processos cuja perda é considerada possível pelos nossos assessores jurídicos totalizam R\$ 11.519 (R\$ 7.151 em 2007). A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas contingências registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros (“TR”) (1,63% acumulada no período findo em 31 de dezembro de 2008 e 2,0% em 31 de dezembro de 2007)) mais juros mensais de 1%. O saldo da provisão líquida de depósitos judiciais vinculados é de R\$ 2.171 (R\$ 2.401 em 2007).

c) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Dentre estes processos, destacam-se:

- ▶ A Companhia impetrou mandado de segurança a fim de obter o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do FGTS. A Companhia obteve medida liminar reconhecendo o direito de não efetuar o recolhimento dessas contribuições. Posteriormente, essa liminar foi cassada, ensejando a realização de depósito judicial dos valores não recolhidos durante o período de vigência da liminar. A exigibilidade do crédito tributário está suspensa em face de recurso apresentado, que aguarda julgamento em 2ª Instância no Tribunal Regional Federal. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 54.184 (R\$ 46.896 em 2007), e a Companhia efetuou um depósito judicial de R\$ 9.487 (R\$ 8.036 em 2007) resguardando o período em que estava sem liminar.

- A Companhia propôs ação declaratória de inexistência de relação jurídica, no que concerne à exigência da contribuição ao SEBRAE, tal como instituída pela Lei nº 8.029/90, a fim de também obter o reconhecimento do crédito atualizado para compensação com os saldos a pagar ao SESC e SENAC, sem a limitação de 30%. Foi concedido o direito de não recolher as contribuições vincendas desde que fossem efetuados depósitos em juízo, o que vem sendo realizado. O processo aguarda julgamento de recurso extraordinário. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 43.537 (R\$ 37.511 em 2007), e possui depósito judicial no montante de R\$ 44.901 (R\$ 37.328 em 2007).
- A Companhia, por meio de mandado de segurança, está contestando a constitucionalidade do FUNRURAL para empresas em áreas urbanas. A ação encontra-se em 2ª Instância no Tribunal Regional Federal e o valor da provisão em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 35.868 (R\$ 33.141 em 2007). Para esse processo não há depósito judicial.
- A Companhia ajuíza e responde diversas ações em que se pede a revisão dos valores dos aluguéis pagos pelas lojas. Nestas ações, é fixado pelo juiz um valor provisório de aluguel, o qual passa a ser pago pelas lojas, até que se defina, em laudo e sentença, o valor final da locação. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e o definido provisoriamente nestas ações. Em 31 de dezembro de 2008 o montante da provisão para essas ações é de R\$ 15.797 (R\$ 11.955 em 2007), para as quais não há depósitos judiciais.

d) Perdas possíveis

A Companhia tem outras contingências que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, em 31 de dezembro de 2008, como segue:

- INSS – A Companhia foi atuada pela não-incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus empregados, cuja perda possível monta a R\$ 108.473 (R\$ 116.462 em 2007). Esses processos estão em discussão administrativa, iniciando-se a fase judicial. A provisão diminuiu devido a reclassificação da possibilidade de perda dos períodos atuados superiores a 5 anos conforme recente edição de Súmula pelo STF.
- IRPJ, IRRF e CSLL - A Companhia recebeu uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões e divergências de recolhimentos, todas aguardando julgamento final em instância administrativa, cujo montante envolvido equivale a R\$ 146.643 (R\$ 69.309 em 2007).
- COFINS, PIS e CPMF – A Companhia vem sendo questionada através de processos administrativos relacionados a pedidos de compensação, divergências de recolhimentos, além da cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, mencionadas anteriormente. Aguardam julgamento na esfera administrativa. O montante envolvido nessas autuações é de R\$ 498.402 (R\$ 243.637 em 2007) e aguardam julgamento administrativo.

- > ICMS – A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de energia elétrica, de aquisições de fornecedores considerados inidôneos, de devoluções de mercadorias em suas lojas, ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT 17 do Estado de São Paulo, dentre outras de menor expressão. A soma dessas autuações monta em R\$ 1.193.266 (R\$ 878.062 em 2007), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.
- > ISS – Imposto sobre Serviços, Imposto Predial Territorial Urbano (“IPTU”), Imposto sobre transferência de bens imóveis (“ITBI”) e outras – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta em R\$ 34.628 (R\$ 17.891 em 2007) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- > Outras contingências – Referem-se a processos administrativos e a ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor (“PROCON”) (em diversos Estados), Instituto de Pesos e Medidas (“IPEM”), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (“INMETRO”) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), sendo estes, em sua maioria, referentes a pedidos de indenização, totalizando R\$ 69.097 (R\$ 45.139 em 2007).

Eventuais mudanças adversas na expectativa de risco destes processos podem demandar constituição adicional de provisão para contingências.

e) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

f) Garantias

A Companhia concedeu garantias aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descritos:

Processos	Imóveis	Equipamentos	Carta de Fiança	Total
Tributários	599.306	1.383	457.086	1.057.775
Trabalhistas	5.846	3.636	75.364	84.846
Cíveis e outros	10.951	990	40.320	52.261
Total	616.103	6.009	572.770	1.194.882

g) Auditorias fiscais

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social**a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do imposto de renda	349.071	247.571	392.951	205.904
Participação nos resultados	(16.516)	(9.325)	(22.173)	(13.399)
Lucro antes do imposto de renda	332.555	238.246	370.778	192.505
Imposto de renda à alíquota nominal	(83.138)	(64.871)	(112.078)	(55.826)
Incentivo fiscais de imposto de renda	69	673	99	1.081
Reversão parcial de provisão para realização do imposto de renda diferido	-	-	-	55.000
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto de controlada	19.089	16.206	993	(9.834)
Outras diferenças permanentes (Indedutíveis) e de alíquota de Contribuição social líquida	(8.148)	(4.599)	(20)	(3.979)
Imposto de renda efetivo	(72.128)	(52.591)	(111.006)	(13.558)
Imposto de renda do exercício				
Circulante	179	(19.734)	(36.345)	(49.720)
Sobre ágio amortizado (b(ii))	(103.097)	-	(107.959)	-
Diferido	30.790	(32.857)	33.298	36.162
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidas	(72.128)	(52.591)	(111.006)	(13.558)
Taxa efetiva	21,7%	22,0%	29,9%	7,0%

b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Conforme disposto na Instrução CVM nº 371, em 31 de dezembro de 2008 a Companhia e suas controladas mantêm registrado o IRPJ e a CSLL diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias no montante de R\$ 573.559 (R\$ 645.866 em 2007) na controladora e R\$ 1.130.074 (R\$ 1.135.554 em 2007) no consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Imposto de renda diferido ativo				
Prejuízos fiscais (i)	13.594	4.048	364.402	314.878
Provisão para contingências	60.031	49.692	83.612	66.673
Provisão de hedge tributado pelo regime de caixa	12.853	6.905	67.791	59.975
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.939	2.604	3.762	3.088
Ágio	31.234	26.301	74.095	74.762
Imposto de Renda sem efeito da lei 11,638/07	20.333	20.699	22.368	20.886
Imposto de Renda s/ Ágio Vieri - Casino (ii)	414.196	517.294	414.196	517.294
Imposto de Renda s/ Ágio Sevilha - Assai (ii)	-	-	64.317	-
Provisão para redução de Ágio	-	-	117.516	139.522
Ganhos diferidos líquidos por diluição de participação	-	-	-	-
Outras	19.379	18.323	24.211	22.998
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	573.559	645.866	1.236.270	1.220.076
Provisão para realização de Imposto Renda Diferido	-	-	(106.196)	(84.522)
Total Imposto de renda diferido ativo	573.559	645.866	1.130.074	1.135.554
Ativo Circulante	46.421	68.303	94.358	88.128
Ativo Realizável a Longo Prazo	527.138	577.563	1.035.716	1.047.426
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	573.559	645.866	1.130.074	1.135.554

O reconhecimento do IRPJ e da CSLL diferidos ativos referem-se, basicamente, aos prejuízos fiscais a compensar que foram adquiridos do Sé e aqueles gerados pela controlada Sendas Distribuidora, os quais, seguindo determinadas medidas de reestruturação, foram considerados de realização provável, exceto pela provisão para realização do IRPJ diferido demonstrado na tabela anterior.

- (ii) Em 20 de dezembro de 2006, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram operação de incorporação de sua controladora Vieri.

A reserva especial de ágio que foi constituída na Companhia, como resultado dessa incorporação, na forma do disposto no §1º do artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, será, ao término de cada exercício fiscal e na medida em que o benefício fiscal a ser auferido pela Companhia, em decorrência da amortização do ágio, representar uma efetiva diminuição dos tributos pagos pela Companhia, objeto de capitalização na Companhia, em proveito dos acionistas controladores, sem prejuízo do direito de preferência assegurado aos demais acionistas na subscrição do aumento de capital resultante de tal capitalização, tudo nos termos do artigo 7º, caput e §1º e 2º, da Instrução CVM nº 319/99.

A fim de propiciar uma melhor apresentação das demonstrações contábeis, o valor líquido do ágio menos provisão, de R\$ 515.488, que em essência representa o saldo do crédito fiscal, mais o montante de R\$ 1.806, foram classificados como IRPJ diferido. O valor líquido do ágio em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 414.196 (R\$ 517.294 em 2007).

Em 31 de março de 2008, em Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada a operação de incorporação reversa da Sevilha pela Barcelona. Também em atendimento à Instrução CVM 319/99, foi constituída a reserva especial de ágio como resultado dessa incorporação. O valor líquido do ágio remanescente em 31 de dezembro de 2008, contabilizado na Barcelona, montava em R\$ 64.317.

A Companhia prepara anualmente estudos de cenários e projeções de geração de resultados tributáveis futuros, os quais são aprovados pela Administração e pelo Conselho de Administração, indicando a capacidade de aproveitamento do crédito fiscal constituído.

Com base nesses estudos, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários em um prazo de até 10 anos, como segue:

	Controladora	Consolidado
	2008	2008
2009	170.303	236.354
2010	115.799	145.070
2011	115.799	160.953
2012	115.799	166.803
2013 até 2018	55.859	420.894
	573.559	1.130.074

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

(i) O capital autorizado da Companhia é de 400.000 (em milhares de ações) conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2007. O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado em 31 de dezembro de 2008 por 235.249 (227.920 em 2007) em milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 (idem 2007) em milhares de ações ordinárias e 135.569 (128.240 em 2007) em milhares de ações preferenciais.

Movimentação do capital social e da quantidade de ações:

	Capital social	Quantidade de ações - mil	
		Preferenciais	Ordinárias
Em 31 de dezembro de 2007	4.149.858	128.240	99.680
Capitalização de reservas	54.842	-	-
De Lucros	6.094	-	-
Subscrição Privada de Ações	217.861	6.144	-
Opção de compra de ações			
Séries VII	4.058	162	-
Séries VIII	58	2	-
Séries IX	5.157	180	-
Séries A1 Silver	4.783	194	-
Séries A1 Gold	2	69	-
Séries A2 Silver	8.009	298	-
Séries A2 Gold	3	280	-
Em 31 de dezembro de 2008	4.450.725	135.569	99.680

Nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de março de 2008, 27 de maio de 2008, 10 de junho de 2008, 22 de julho de 2008 e 11 de setembro de 2008, foram aprovados os aumentos do capital social com a subscrição e integralização das Ações do Plano de Outorga de Compra de Ações, conforme segue:

Reunião	Séries	Número (mil)	Valores Unitários	Total
10.03.08	Séries A1 Silver	102	24,63	2.526
10.03.08	Séries A1 Gold	42	0,01	1
10.03.08	Séries A2 Silver	187	26,93	5.034
10.03.08	Séries A2 Gold	178	0,01	2
10.06.08	Séries VII	162	25,09	4.058
27.05.08	Séries VIII	-	31,16	9
10.06.08	Séries VIII	1	31,61	49
10.06.08	Séries IX	180	28,66	5.151
27.05.08	Séries A1 Silver	84	24,63	2.063
10.06.08	Séries A1 Silver	3	24,63	71
27.05.08	Séries A1 Gold	27	0,01	1
27.05.08	Séries A2 Silver	83	26,93	2.238
10.06.08	Séries A2 Silver	6	26,93	155
27.05.08	Séries A2 Gold	78	0,01	1
10.06.08	Séries A2 Gold	5	0,01	-
22.07.08	Séries A1 Silver	2	24,63	44
22.07.08	Séries A2 Silver	14	26,93	378
22.07.08	Séries A2 Gold	13	0,01	-
11.09.08	Séries IX	-	30,10	6
11.09.08	Séries A1 Silver	3	24,63	79
11.09.08	Séries A2 Silver	8	26,93	204
11.09.08	Séries A2 Gold	7	0,01	-
		1.185		22.070

b) Direitos das ações

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas têm a preferência na distribuição do capital em caso de liquidação. Cada detentor de ações tem direito, de acordo com o estatuto social da Companhia, a receber um montante proporcional com base no total das ações ordinárias e preferenciais em circulação, correspondente a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual determinado com base nas informações trimestrais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desde que os lucros sejam distribuíveis, e após as transferências para as reservas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, em um montante proporcional de quaisquer dividendos adicionais declarados. O estatuto social da Companhia determina que, desde que os recursos estejam disponíveis, são garantidos às ações preferenciais um dividendo mínimo no valor de R\$ 0,08 por ação. A partir de 2003, as ações preferenciais passaram a ter o direito de receber um dividendo 10% maior do que o dividendo pago para as ações ordinárias, ou se determinado pelos acionistas, acima do limite obrigatório de distribuição.

Conforme determina a legislação societária brasileira, a Administração deve propor dividendos ao final do exercício, no mínimo, até o montante do dividendo obrigatório, que pode incluir juros sobre capitais próprios, líquido de impostos.

c) Reserva de capital – Reserva especial de ágio

Esta reserva foi constituída em decorrência do processo de reestruturação societária descrito na Nota 17 b(ii), em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício auferido, poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações.

O aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 319/99 e CVM nº 349/01.

Em 31 de dezembro de 2006 foi registrado o benefício fiscal decorrente do ágio incorporado da Vieri, no montante de R\$ 517.294, o qual será utilizado para aumento de capital, quando da realização da reserva.

Em 31 de março de 2008 foi registrado o benefício fiscal decorrente do ágio na incorporação da Sevilha pela Barcelona no montante de R\$ 69.180, o qual será utilizado para aumento de capital, quando da realização da reserva.

d) Opções Outorgadas Reconhecidas

Com o advento da Lei 11.638/07 foi criada a conta “opções outorgadas reconhecidas” para reconhecimento dos pagamentos efetuados a Administradores/Fornecedores a título de remuneração conforme CPC 010.

e) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal: é formada por apropriações de 5% do lucro líquido anual, antes de qualquer apropriação e observando o limite de 20% do capital.
- (ii) Reserva para expansão: montante aprovado pelos acionistas visando manter recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais, e suportado por orçamento de capital, aprovado em assembléia.
- (iii) Retenção de lucros: o saldo em 31 de dezembro de 2008 está à disposição da Assembléia Geral dos Acionistas para destinação.

f) Dividendos Propostos

Em 26 de Fevereiro de 2009, a Administração propôs, para deliberação da Assembléia Geral Ordinária, dividendos a serem distribuídos, calculados como segue:

	Dividendos	
	2008	2007
Lucro Líquido do Exercício	260.427	210.878
Reserva Legal	(13.021)	(10.544)
Base de Cálculo dos Dividendos	247.406	200.334
Dividendos Mínimos obrigatório - 25%	61.851	50.084
(R\$0.20804 por ação ordinária)	-	20.737
(R\$0.22884 por ação preferencial)	-	29.347
(R\$0.24859 por ação ordinária)	24.780	-
(R\$0.27345 por ação preferencial)	37.071	-

g) Plano de participação dos empregados nos lucros

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizado em 11 de dezembro de 2008, a distribuição de resultados no montante de R\$ 22.173 em 2008 (R\$ 13.399 em 2007).

h) Plano de opção de compra de ações preferenciais

A Companhia oferece plano de opções de outorga de compra de ações preferenciais para administradores. O exercício das opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

O preço da outorga de cada lote é de, no mínimo, 60% da média ponderada das operações com as ações preferenciais na semana da outorga da opção.

O número de lotes de ações pode variar para cada beneficiário ou série. A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos (i) 50% no último mês do terceiro ano subsequente à data da outorga (1ª tranche) e (ii) até 50% no último mês do quinto ano subsequente à data da outorga (2ª tranche), ficando a parte remanescente do segundo lote condicionado a vínculo de inalienabilidade até a aposentadoria do beneficiário, conforme fórmula definida no regulamento.

As ações com vínculo de inalienabilidade (Q), no momento do exercício das opções, são calculadas utilizando-se da seguinte fórmula descrita no plano de opção de outorga de compra de ações:

$$Q = \frac{(Q1 * Pm) - (Q1 * Pe)}{Pm} \quad \text{sendo:}$$

Q = Quantidade de ações a serem gravadas com vínculo de inalienabilidade.

Q1 = 50% do total de lotes de ações da Companhia na data da concessão.

Pm = Preço de mercado do lote de ações da Companhia na data do exercício.

Pe = Preço de exercício original do lote o qual foi definido na data da concessão, obedecendo aos termos do Plano.

O preço da opção na data da concessão até a data de seu exercício é corrigido pelo IGP-M, deduzidos dos dividendos atribuídos no período.

De acordo com a Cláusula 14.5 do Plano, a aplicação da fórmula mencionada deverá ser ajustada considerando o grupamento das ações representativas do capital social da Companhia, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2007.

Novo Plano de opção de compra de ações preferenciais

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006 aprovou a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 1997.

A partir do exercício de 2007 as outorgas do plano de opção de compra de ações preferenciais para administradores e empregados serão da seguinte forma:

Serão classificadas em dois tipos: Silver e Gold, sendo que, a quantidade de ações do tipo Gold poderá ser reduzida e/ou aumentada (reductor ou acelerador), a critério do Comitê de Administração do Plano, no decorrer dos 35 meses seguintes à data da outorga.

O preço para cada ação do tipo Silver será o correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais da Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BOVESPA, anteriores à data em que o Comitê deliberar a outorga da opção, com deságio de 20%. O preço para cada ação do tipo Gold será o correspondente a R\$ 0,01 e a outorga de tais opções são adicionais às opções Silver, não sendo possível a outorga ou o exercício de opções Gold isoladamente. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

A aquisição do direito ao exercício das opções dar-se-á da seguinte forma e no seguinte prazo: a partir do 36º mês até o 48º mês, a contar da data do início definida como sendo a do contrato de adesão da respectiva série e: a) 100% da outorga de ações do tipo Silver; b) a quantidade de opções do tipo Gold a ser determinada pelo Comitê, após o cumprimento das condições de outorga.

As séries do plano anterior continuam em vigor até as respectivas datas de vencimentos.

(i) As informações relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Movimentação das

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração
Saldo em 31 de dezembro de 2007			
Series VI	15.03.02	15.03.05	15.03.07
Series VII	16.05.03	16.05.06	16.05.08
Series VIII	30.04.04	30.04.07	30.04.09
Series IX	15.05.05	15.05.08	15.05.10
Series X	07.06.06	07.06.09	07.06.11
Series A1 - Gold	13.04.07	29.04.10	29.04.11
Series A1 - Silver	13.04.07	29.04.10	29.04.11
Saldo em 31 de dezembro de 2008			
Series VII	16.05.03	16.05.06	16.05.08
Series VIII	30.04.04	30.04.07	30.04.09
Series IX	15.05.05	15.05.08	15.05.10
Series X	07.06.06	07.06.09	07.06.11
Series A1 - Gold	13.04.07	30.04.10	29.04.11
Series A1 - Silver	13.04.07	30.04.10	29.04.11
Series A2 - Gold	03.03.08	30.04.08	30.03.12
Series A2 - Silver	03.03.08	30.04.08	30.03.12

Séries Outorgadas

Preços		Lote de ações				Total em vigor
Na data da outorga	Fim do período	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	
23,50	35,92	825	(203)	(381)	(241)	-
20,00	24,34	1.000	(297)	(252)	-	451
26,00	30,67	862	(214)	(373)	-	275
26,00	27,99	989	-	(407)	-	582
33,00	36,30	901	-	(210)	-	691
0,01	0,01	324	(45)	(3)	-	276
24,63	24,63	1.122	(117)	(45)	-	960
		<u>6.023</u>	<u>(876)</u>	<u>(1.671)</u>	<u>(241)</u>	<u>3.235</u>
20,00	25,09	1.000	(459)	(298)	(243)	-
26,00	33,44	862	(216)	(436)	-	210
26,00	30,51	989	(180)	(534)	-	275
33,00	39,61	901	-	(359)	-	542
0,01	0,01	324	(115)	(6)	-	203
24,63	24,63	1.122	(312)	(89)	-	721
0,01	0,01	848	(280)	(6)	-	562
26,93	26,93	950	(298)	(7)	-	645
		<u>6.996</u>	<u>(1.860)</u>	<u>(1.735)</u>	<u>(243)</u>	<u>3.158</u>

Series exercised

Séries outorgadas	Data da outorga	Data de exercício	Qde exercida	Preço do exercício (R\$)	Total por mil (R\$)	Preço de mercado (R\$)
Em 31 de dezembro de 2007						
Series VI	15.03.02	07.04.06	203	35,11	7.120	44,54
Series VII	16.05.03	13.12.05	291	22,12	6.445	37,43
Series VII	16.05.03	09.06.06	4	22,12	91	33,33
Series VII	16.05.03	10.07.07	1	22,95	13	37,15
Series VII	16.05.03	28.11.07	1	23,76	13	28,56
Series VIII	30.04.04	15.05.07	195	28,89	5.631	31,60
Series VIII	30.04.04	10.07.07	19	28,90	542	37,15
Series A1 Silver	13.04.07	10.07.07	11	24,63	260	37,15
Series A1 Silver	13.04.07	28.11.07	36	24,63	878	28,56
Series A1 Silver	13.04.07	17.12.07	70	24,63	1.734	33,26
Series A1 Gold	13.04.07	10.07.07	3	0,01	-	37,15
Series A1 Gold	13.04.07	28.11.07	11	0,01	-	28,56
Series A1 Gold	13.04.07	17.12.07	31	0,01	-	33,26
			<u>876</u>		<u>22.727</u>	

Séries outorgadas	Data da outorga	Series exercised		Preço do exercício (R\$)	Total por mil (R\$)	Preço de mercado (R\$)
		Data de exercício	Qde exercida			
Em 31 de dezembro de 2008						
Series IX	15.05.05	11.09.08	-	30,10	6	34,36
Series IX	15.05.05	10.06.08	180	28,66	5.151	34,11
Series VII	16.05.03	13.12.05	291	22,12	6.445	37,43
Series VII	16.05.03	09.06.06	4	22,12	91	33,33
Series VII	16.05.03	10.07.07	1	22,95	13	37,15
Series VII	16.05.03	28.11.07	1	23,76	13	28,56
Series VII	16.05.03	10.06.08	162	25,09	4.065	34,11
Series VIII	30.04.04	15.05.07	195	28,89	5.631	31,60
Series VIII	30.04.04	10.07.07	19	28,90	542	37,15
Series VIII	30.04.04	27.05.08	-	31,16	9	34,11
Series VIII	30.04.04	10.06.08	2	31,61	49	34,11
Series A1 Silver	13.04.07	22.07.08	2	24,63	44	37,00
Series A1 Silver	13.04.07	11.09.08	3	24,63	79	34,36
Series A1 Silver	13.04.07	10.07.07	11	24,63	260	37,15
Series A1 Silver	13.04.07	28.11.07	36	24,63	878	28,56
Series A1 Silver	13.04.07	17.12.07	70	24,63	1.734	33,26
Series A1 Silver	13.04.07	10.03.08	103	24,63	2.537	34,85
Series A1 Silver	13.04.07	27.05.08	84	24,63	2.063	34,11
Series A1 Silver	13.04.07	10.06.08	3	24,63	71	34,11
Series A1 Gold	13.04.07	10.07.07	3	0,01	-	37,15
Series A1 Gold	13.04.07	28.11.07	11	0,01	-	28,56
Series A1 Gold	13.04.07	17.12.07	31	0,01	-	33,26
Series A1 Gold	13.04.07	10.03.08	43	0,01	-	34,85
Series A1 Gold	13.04.07	27.05.08	27	0,01	-	34,11
Series A2 Silver	03.03.08	22.07.08	14	26,93	378	37,00
Series A2 Silver	03.03.08	11.09.08	8	26,93	204	34,36
Series A2 Silver	03.03.08	10.03.08	187	26,93	5.036	34,85
Series A2 Silver	03.03.08	27.05.08	83	26,93	2.239	34,11
Series A2 Silver	03.03.08	10.06.08	6	26,93	155	34,11
Series A2 Gold	03.03.08	22.07.08	13	0,01	-	37,00
Series A2 Gold	03.03.08	11.09.08	7	0,01	-	34,36
Series A2 Gold	03.03.08	10.03.08	178	0,01	2	34,85
Series A2 Gold	03.03.08	27.05.08	78	0,01	1	34,11
Series A2 Gold	03.03.08	10.06.08	4	0,01	-	34,11
			1.860		37.696	

Obs: Conforme atribuições previstas no regulamento do plano de outorga de compras de ações, o Comitê de Administração do Plano deliberou a antecipação da data do exercício da primeira tranche das opções da série VII para 13 de dezembro de 2005.

Em 15 de março de 2007 foi encerrada a série VI e em 10 de junho de 2008 foi encerrada a série VII.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor da ação preferencial da Companhia na BOVESPA era de R\$ 31,21 para cada ação.

Em 31 de dezembro de 2008, não há ações em tesouraria para servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

(ii) O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 2011 de todas as opções outorgadas:

	2008	2007
Número de ações	235.249	227.920
Saldo das séries outorgadas em vigor	3.158	3.235
Percentual máximo de diluição	1,32%	1,40%

O valor de mercado de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black-Scholes de precificação de opções, considerando: expectativa de dividendos de 1,04% em 31 de dezembro de 2008 (1% em 2007), expectativa de volatilidade de aproximadamente 38,36% em 31 de dezembro de 2008 (40% em 2007), taxa de juros média ponderada sem risco de 10,77% em 31 de dezembro de 2008 (6,74% em 2007). A expectativa de vida média das séries VII e VIII é de 4 anos, enquanto para as séries A1, a expectativa é de 3,5 anos e para as séries A2, a expectativa é de 5 anos.

Período de 12 meses findo em 31 de dez. de 2007	Ações	Média Ponderada do preço de Exercício
Em aberto no início do período	2.941	26,91
Outorgadas durante o período	1.446	19,11
Canceladas durante o período	(533)	27,30
Exercidas durante o período	(378)	22,45
Expiradas durante o período	(241)	23,50
Em aberto ao final do período	3.235	24,03

Período de 12 meses findo em 31 de dez. de 2008	Ações	Média Ponderada do preço de Exercício
Em aberto no início do período	3.235	24,03
Outorgadas durante o período	1.798	14,23
Canceladas durante o período	(445)	27,07
Exercidas durante o período	(1.187)	17,52
Expiradas durante o período	(243)	20,00
Em aberto ao final do período	3.158	20,79

O Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento baseado em ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam refletidos no resultado e no balanço patrimonial da entidade. Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram, respectivamente, de R\$ 19.437 e R\$ 25.169.

19. Resultado Financeiro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - BNDES	(27.483)	(25.343)	(27.483)	(25.343)
Encargos financeiros - Debêntures	(97.649)	(86.658)	(97.649)	(86.658)
Juros sobre empréstimos	(59.393)	(8.206)	(84.635)	(51.046)
Operações de swap	(37.426)	(19.953)	(92.701)	(85.645)
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	(6.599)	(176)	(12.796)	10.164
Juros capitalizados	29.273	42.425	31.723	44.665
Securitização de recebíveis	(110.775)	(101.760)	(135.111)	(125.487)
Encargos financeiros sobre contingências e impostos	(109.318)	(83.806)	(132.031)	(93.140)
Juros sobre leasing financeiro	(9.030)	370	(15.129)	588
C.P.M.F. e serviços bancários	(18.932)	(51.624)	(27.272)	(67.959)
Ajuste a valor presente	(458)	(846)	(458)	(1.396)
Outras despesas financeiras	(6.729)	(8.197)	(14.755)	(20.300)
Total das despesas financeiras	(454.519)	(343.774)	(608.297)	(501.557)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras				
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa	160.832	87.728	184.449	155.014
Descontos financeiros obtidos	43.169	35.942	49.072	40.953
Encargos financeiros sobre impostos e depósitos judiciais	25.242	36.587	39.732	64.760
Juros sobre vendas a prazo	28.890	32.601	23.708	44.811
Juros sobre mútuo	(10.764)	(1.745)	(577)	(5.849)
Ajuste a valor presente	(3.081)	-	(4.920)	-
Outras receitas financeiras	20	51	45	59
Total das receitas financeiras	244.308	191.164	291.509	299.748
Resultado financeiro líquido	(210.211)	(152.610)	(316.788)	(201.809)

20. Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2008, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros, é resumida como segue:

Bens Segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura
Imobilizado e Estoques	Riscos nomeados	6.138.118
Lucro	Lucros cessantes	1.465.051

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil e de administradores, no montante de R\$ 422.410 (R\$ 142.400 em 2007). As informações acima não foram auditadas pelos auditores independentes.

21. Operações de Arrendamento Mercantil

a) Obrigações de Arrendamento Operacional

Os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil (excluindo os custos de serviços tais como seguro e manutenção) classificados como operacional devem ser reconhecidos como despesa em base linear durante o prazo de arrendamento mercantil. A Administração considera como arrendamento mercantil operacional os arrendamentos (aluguéis), de lojas, onde não há as transferências de riscos e benefícios para a Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Obrigações brutas de Arrendamento Operacional pagamentos mínimos de arrendamentos				
Menos de 1 ano	293.407	276.811	386.172	354.617
Mais de 1 ano e menos de 5 anos	904.929	821.089	1.209.081	1.087.107
Mais de 5 anos	1.625.137	1.637.419	2.057.367	2.080.763
	2.823.473	2.735.319	3.652.620	3.522.487

(i) Pagamentos contingentes

A Administração considera como pagamentos contingentes, os valores adicionais pagos a título de aluguel variável, definida em cláusula, variando de 0,5% a 2,5% sobre as vendas.

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Pagamentos contingentes reconhecidos como despesa durante o exercício	240.098	223.743	320.494	286.293

(ii) Condições de opção de renovação ou de compra e cláusulas de reajustamento

Os prazos de contratos no exercício findo de 31 de dezembro de 2008 variam entre 5 a 25 anos com a possibilidade de renovação de acordo com a lei de ação renovatória; os contratos possuem cláusula de reajustes periódicos atualizáveis de acordo com índices de inflação.

b) Obrigações de Arrendamento Financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que se enquadram como financeiro perfazem um total de R\$ 195.603 em 2008 (R\$ 186.404 em 2007) para a Controladora e para o Consolidado R\$ 243.950 em 2008 (R\$ 235.061 em 2007), conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Obrigações brutas de Arrendamento Financeiro pagamentos mínimos de arrendamentos				
Menos de 1 ano	21.555	13.984	31.308	23.061
Mais de 1 ano e menos de 5 anos	22.642	22.942	32.087	33.375
Mais de 5 anos	30.788	29.229	39.560	37.382
Valor presente dos contratos de arrendamentos financeiros	74.985	66.155	102.955	93.818
Encargos de Financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	120.618	120.430	140.995	141.259
Valor bruto dos contratos de arrendamentos financeiros	195.603	186.585	243.950	235.077

(i) Pagamentos contingentes

A Administração considera como pagamentos contingentes, os valores adicionais pagos a título de aluguel variável, definida em contrato, variando de 0,5% a 2,5% sobre as vendas.

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Pagamentos contingentes reconhecidos como despesa durante o período	3.104	2.527	3.824	2.647

(ii) Condições de opção de renovação ou de compra e cláusulas de reajustamento.

Os prazos de contratos no exercício findo em de 31 de dezembro de 2008 variam entre 5 a 25 anos com a possibilidade de renovação de acordo com a lei de ação renovatória.

A Companhia possui diversos contratos de arrendamento não canceláveis com cláusula de opção de compra por valor residual com pagamento inserido na amortização mensal, com taxas de depreciação que variam entre 5% e 20%, ou pelo prazo de amortização do contrato em caso de dúvida razoável do exercício da opção ao fim do contrato. A mensuração dos valores está em consonância com o CPC 06.

22. Plano de Previdência Privada de Contribuição Definida

A Companhia mantém um plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender aos seus empregados, por meio da contratação da instituição financeira Brasilprev Seguros e Previdência S.A. para a sua administração. Ao estabelecer o Plano, a Companhia faz contribuições mensais em nome dos colaboradores por conta de serviços prestados à Companhia. As contribuições realizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2008, totalizaram R\$ 1.659 e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$ 2.231, com 781 participantes.

23. Demonstração do LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Lucro operacional	349.071	247.571	392.951	205.904
(+) Despesas financeiras líquidas	210.211	152.610	316.788	201.809
(+) Equivalência patrimonial	(76.355)	(68.755)	(2.922)	28.923
(+) Depreciação e amortização	464.039	426.022	604.743	546.648
(+) Outros resultados operacionais	6.064	10.451	10.914	9.084
EBITDA	953.030	767.899	1.322.474	992.368
Receita líquida de vendas	12.446.611	10.733.385	18.033.110	14.902.887
% EBITDA	7,7%	7,2%	7,3%	6,7%
Ajustes Lei 11.638/07	13.281	34.787	14.263	33.645
EBITDA sem efeitos da Lei 11.638/07	966.311	802.686	1.336.737	1.026.013
% EBITDA	7,8%	7,5%	7,4%	6,9%

24. Alterações na Preparação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Em 28 de dezembro de 2007, foi sancionada a Lei nº 11.638 que altera e revoga alguns dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976. Os requerimentos desta nova Lei aplicam-se às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008, sendo que as alterações nessas demonstrações para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2008 devem também ser aplicadas retroativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para fins de apresentação e comparabilidade das demonstrações contábeis a serem divulgadas.

A seguir estão apresentadas as reconciliações dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações de Resultado divulgados em 31 de dezembro de 2007 ajustados à Lei nº 11.638/07, necessárias para permitir a comparabilidade com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

	Controladora			Consolidado		
	Ajustes			Ajustes		
	Lei 6.404/76	Lei 11.638/07	Lei 11.638/07	Lei 6.404/76	Lei 11.638/07	Lei 11.638/07
ATIVO						
Circulante	3.318.365	(1.147)	3.317.218	5.003.792	(1.648)	5.002.144
Realizável a longo prazo	1.233.616	13.262	1.246.878	2.059.119	12.017	2.071.136
Investimentos	1.365.370	(220)	1.365.150	110.987	-	110.987
Imobilizado	4.157.570	44.277	4.201.847	4.820.179	70.958	4.891.137
Intangível	290.560	-	290.560	674.852	-	674.852
Diferido	77.085	(77.085)	-	77.177	(77.177)	-
	<u>10.442.566</u>	<u>(20.913)</u>	<u>10.421.653</u>	<u>12.746.106</u>	<u>4.150</u>	<u>12.750.256</u>
PASSIVO						
Circulante	2.534.749	5.573	2.540.322	4.358.061	12.365	4.370.426
Não circulante	2.895.825	35.829	2.931.654	3.238.235	54.242	3.292.477
Participação de minoritários	-	-	-	137.818	(142)	137.676
Patrimônio líquido	5.011.992	(62.315)	4.949.677	5.011.992	(62.315)	4.949.677
	<u>10.442.566</u>	<u>(20.913)</u>	<u>10.421.653</u>	<u>12.746.106</u>	<u>4.150</u>	<u>12.750.256</u>

	Controladora			Consolidado		
	Ajustes			Ajustes		
	Lei 6.404/76	Lei 11.638/07	Lei 11.638/07	Lei 6.404/76	Lei 11.638/07	Lei 11.638/07
Receita operacional bruta	12.787.417	-	12.787.417	17.642.563	-	17.642.563
Receita líquida das vendas	10.733.385	-	10.733.385	14.902.887	-	14.902.887
Lucro bruto	3.044.578	-	3.044.578	4.178.388	-	4.178.388
Despesas (receitas) operacionais						
Despesas com vendas	(1.904.511)	4.163	(1.900.348)	(2.652.028)	5.183	(2.646.845)
Gerais e administrativas	(337.381)	(38.950)	(376.331)	(500.347)	(38.828)	(539.175)
Depreciação e amortização	(430.979)	4.957	(426.022)	(550.696)	4.048	(546.648)
Resultado financeiro	(151.958)	(652)	(152.610)	(211.165)	9.356	(201.809)
Resultado com equivalência	64.824	3.931	68.755	(28.923)	-	(28.923)
Outras despesas e receitas operacionais	(10.451)	-	(10.451)	(9.084)	-	(9.084)
	<u>(2.770.456)</u>	<u>(26.551)</u>	<u>(2.797.007)</u>	<u>(3.952.243)</u>	<u>(20.241)</u>	<u>(3.972.484)</u>
Lucro antes dos impostos e participações	274.122	(26.551)	247.571	226.145	(20.241)	205.904
Imposto de renda e contribuição social	(53.919)	1.328	(52.591)	(11.404)	(2.154)	(13.558)
Participações minoritárias	-	-	-	9.536	(2.828)	6.708
Participação dos empregados nos resultados	(9.325)	-	(9.325)	(13.399)	-	(13.399)
Lucro líquido do exercício	<u>210.878</u>	<u>(25.223)</u>	<u>185.655</u>	<u>210.878</u>	<u>(25.223)</u>	<u>185.655</u>

25. Eventos Subsequentes

Em 16 de janeiro de 2009 o Conselho de Administração da Companhia autorizou a criação do Programa de Recompra de Ações com vigência de 90 dias a partir de 19 de janeiro de 2009, que tem por objetivo a manutenção das ações em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução do capital social. A Companhia poderá adquirir até 3.000.000 (três milhões) de ações preferenciais, representativas de aproximadamente 2,9904% do total de ações preferenciais em circulação no mercado, observando o limite legal de 10% das ações preferenciais em circulação.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Companhia Brasileira de Distribuição
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Brasileira de Distribuição e os balanços patrimoniais consolidados da Companhia Brasileira de Distribuição e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras das empresas investidas Pão de Açúcar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Miravalles Empreendimentos e Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores do investimento, do resultado de equivalência patrimonial, dos ativos e passivos, das receitas líquidas de vendas e do resultado líquido do exercício, e aos valores e demais informações incluídos nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, oriundos dessas investidas, está baseada exclusivamente no parecer desses auditores.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Distribuição e a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Brasileira de Distribuição e empresas controladas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 2.b, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

São Paulo, 26 de Fevereiro de 2009.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Sergio Citeroni
Contador CRC-1SP170652/O-1